



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(*) DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 040 TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2015

(*) Republicado em 15/4/2015 para correção do cabeçalho



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC) 2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	3º Elmano Férrer (PTB-PI) 4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44) Telmário Mota (4,36,43) Regina Sousa (42) Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,25) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44) Lindbergh Farias (32) Fátima Bezerra (35) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,34) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (11,18,45)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (21) Vice-Líder Ataídes Oliveira (38) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (16,29) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (20,27) Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 40ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE MARÇO DE 2015..... 6

1.1 – ABERTURA..... 6

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE..... 6

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação

1.2.1.1 – Requerimentos

Nº 235/2015, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a constituição de Comissão com a finalidade de verificar *in loco* a situação dos aeródromos face a ocupação de seus espaços por cidadãos e suas famílias nos municípios de Barcelos, Parintins e Manicoré, no Estado do Amazonas 6

Nº 236/2015, de autoria do Senador Lasier Martins e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 147/2008. 12

1.2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de retirada do Senador Paulo Paim da composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça (**Ofício nº 45/2015**) 14

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 672/2015 (**Ofício nº 25/2015**). Será feita a substituição solicitada 14

Da Liderança do PRB na Câmara dos Deputados, de retirada do Deputado Alan Rick da composição da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 663/2014 (**Ofício nº 83/2015**) 14

Da Liderança do PRB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 671/2015 (**Ofício nº 70/2015**). Será feita a substituição solicitada 14

Da Liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 668/2015 (**Ofício nº 501/2015**). Será feita a substituição solicitada 14

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Ofício nº 7/2014 (nº 62/2014, na origem), com posterior envio ao Arquivo (**Memo nº 3/2015**) 15

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Ofício nº 8/2015 (nº 150/2015, na origem), com posterior envio ao Arquivo (**Memo nº 4/2015**) 15

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (**Ofício nº 17/2015**) 15

Do Senador Fernando Ribeiro, justificando o não registro da presença de S. Ex^a na sessão do dia 25 de março último 16

1.2.1.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 28/2015 (nº 170/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 561/2015, proferido nos autos do processo TC 018.511/2014-7, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 18/2014 16

Nº 29/2015 (nº 85/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 540/2015, proferido nos autos do processo TC 005.939/2014-3, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 3/2014 16

1.2.1.4 – Mensagens da Presidente da República

Nºs 68 a 70 e 72/2015, restituindo autógrafos dos Projetos de Lei da Câmara nºs 144/2010; 22 e 35/2013; e 49/2014, sancionados e convertidos nas Leis nºs 13.108 a 13.111/2015, respectivamente 16

1.2.1.5 – Término de prazo

Término do prazo, em 28 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 656/2014 (Projeto de Lei de Conversão nº 18/2014). *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.* 16

1.2.1.6 – Projetos de Lei do Senado

Nº 171/2015, de autoria do Senador Fernando Collor, que *altera o art. 1º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar o sigilo na fase investigatória de procedimentos referentes a ações penais públicas originárias, bem como para determinar que o pedido de abertura de investigações somente possa ser autorizado se houver indícios veementes de autoria e materialidade contra a autoridade investigada.* 16

Nº 172/2015 - Complementar, de autoria do Senador Fernando Collor, que *altera o art. 237 e institui o art. 243-A na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que "dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União", para estabelecer a responsabilidade administrativa, civil e criminal do membro do Ministério Público da União que praticar ato temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política.* 21

1.2.1.7 – Ofício do Governo do Estado de São Paulo

Nº S/28/2015 (nº 21/2015 na origem), encaminhando informações relativas ao cumprimento dos limites e parâmetros estabelecidos na lei que institui normas gerais de parceria público-privada na administração pública (**Vide item 3.1**)

1.2.2 – Oradores

SENADOR FERNANDO COLLOR – Registro da protocolização de PEC que altera o procedimento de escolha do Procurador-Geral da República..... 26

SENADORA ÂNGELA PORTELA – Comentários sobre emendas apresentadas por S. Ex. à Medida provisória nº 660/2014, com vistas à inclusão de servidores dos ex-territórios federais nos quadros da União 28

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Críticas à suposta tentativa de deslegitimização do resultado da eleição presidencial ocorrida em outubro último; e outros assuntos 30

SENADOR JOÃO CABIBERIBE, como Líder – Defesa da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável como diretrizes para o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2/2015, Marco Regulatório da Biodiversidade. 35

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre audiência pública realizada na CDH para discutir a questão da violência no trânsito..... 37

SENADOR ELMANO FÉRRER – Defesa da criação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba, no Piauí; e outro assunto. 40

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Considerações sobre as possíveis causas do descontentamento da população com o governo da Presidente Dilma Rousseff..... 42

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Manifestação a favor de uma maior discussão sobre o fim do fator previdenciário..... 44

1.3 – ENCERRAMENTO..... 46

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 30.3.2015 46

3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Ofício "S" nº 28/2015

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 47

Bancadas dos Partidos 48

Por ordem alfabética 49

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 50

6 – LIDERANÇAS 51

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 52

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 55

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 58

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 61

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 63

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 65

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 68

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 70

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 72

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 73

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 76

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 78

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	80
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	81
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	82
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	83
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	84
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	84
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	84
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	85
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	86
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	87
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	88
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	89
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)..	90
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	91
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	92

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	93
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	98
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	99
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	100
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	101
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	102
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015)	104

12 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	105
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	106
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	107

Ata da 40ª Sessão, Não Deliberativa, em 30 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. Elmano Férrer, da Sra Vanessa Grazziotin e
dos Srs. Fernando Bezerra Coelho e José Medeiros*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 24 minutos.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sessão não deliberativa, desta segunda-feira, dia 30 de março.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 235, DE 2015 (REQUERIMENTO N° 7 - CRE DE 2015) (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Requeiro, nos termos do inciso XIII do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, a constituição de uma Comissão composta por 3 (três) Senadores, com a finalidade de, em diligência, visitar os municípios de Barcelos, Parintins e Manicoré, no Estado do Amazonas, para verificar *in loco* a situação dos aeródromos face a ocupação de seus espaços por cidadãos e suas famílias, bem como, na forma do art. 142 do RISF, tomar e solicitar informações e estabelecer diálogo com autoridades e com a população diretamente interessada e seus representantes.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Amazonas vive hoje uma situação que não é privilégio especificamente desta região, qual seja, o crescimento populacional das cidades interioranas com crescimento desordenado da parte urbana da cidade, que sem o devido controle e fiscalização dos poderes públicos competentes, crescem ocupando áreas de risco e de forma irregular, sejam estas áreas pertencentes ao município, ao estado ou a União ou mesmo de preservação ambiental.

Esse é um quadro que se repete em todas as regiões do país, e no Amazonas, infelizmente, esta é uma realidade. Desta forma, mais especificamente nas cidades de Barcelos, Parintins e Manicoré, a população local está sob o risco de ser desocupada de suas casas em áreas que já ocupam há mais de 40 (quarenta) anos, como é o caso de Barcelos e Parintins.

Ditos espaços urbanos se consolidaram com o passar das décadas e hoje contam com equipamentos urbanos dos mais diversos, como escolas municipais e estaduais, centros médicos, hospitais e pronto-socorros, conjuntos habitacionais, universidades, comércios, asfaltamento, rede elétrica, rede de telefonia móvel e fixa, dentre outros.

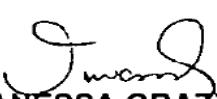
Destaca-se que em alguns casos há cidadãos e famílias que estão em posse de títulos definitivos de posse e propriedade de seu imóvel. No entanto, apesar disso, recentemente foram ajuizadas pelo poder público Federal diversas ações judiciais reivindicatórias de posse, que contam com a Aeronáutica no polo passivo, sendo representados pela Advocacia-Geral da União, em desfavor de cidadãos e famílias de Barcelos, Parintins e Manicoré, cujo objetivo é a retirada imediata de áreas próximas aos aeródromos que foram ocupadas por ditos cidadãos.

Nesses termos, com a regular tramitação processual, recentemente foi prolatada sentença, no processo n. 14263-26.2010.4.01.3200, em primeira instância para determinar a imediata desocupação de uma área, cuja extensão total chega a 3,9 milhões de m² do aeródromo de Barcelos e representa hoje quase um terço da área total urbana do município.

Importa asseverar que ao final do julgamento de quase 500 processos judiciais que tratam sobre o litígio em questão os efeitos desta sentença alcançará diretamente cerca de 700 famílias ou aproximadamente 13% da população local estimada. Fato esse que se repete também nos municípios de Manicoré e Parintins.

Desta forma, relevante se faz a formação de comissão externa para avaliar a situação, visto se tratar não somente do interesse das forças armadas brasileiras e, por consequência, da União Federal, mas também se trata de interesses de famílias, de pais e mães de família e de seus filhos e netos que moram nessas áreas e precisam de apoio para se chegar a um acordo viável para a desocupação da área de forma a afetar a vida de um número menor de cidadãos, protegendo os interesses de ambas as partes como já ocorreu em outros municípios como Tefé e Coari no estado do Amazonas e em outros estados brasileiros.

Sala de Reunião da Comissão, em 12 de março de 2015.



Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/Amazonas

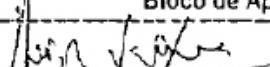
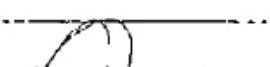
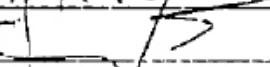
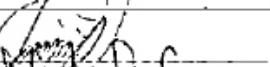
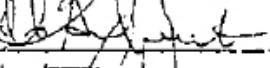
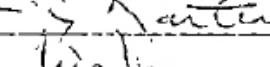
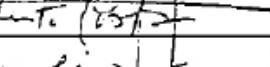
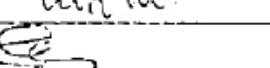
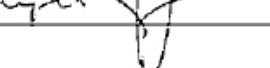
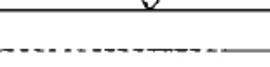
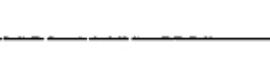
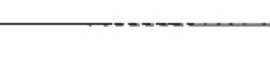
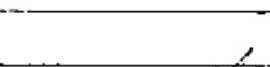
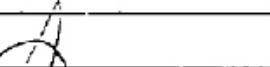
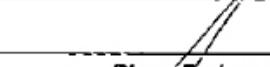
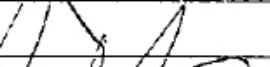
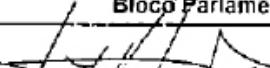
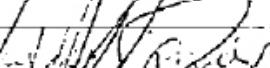
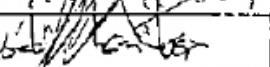
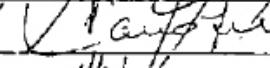
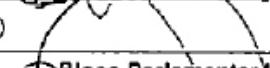
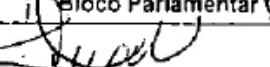
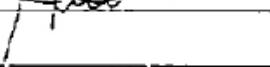
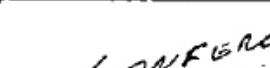
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 3ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 19 de março de 2015 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT) 	1. José Pimentel (PT) 
Lindbergh Farias (PT) 	2. Telmário Mota (PDT) 
Gleisi Hoffmann (PT) 	3. Delcídio do Amaral (PT) 
Lasier Martins (PDT) 	4. Humberto Costa (PT) 
Cristovam Buarque (PDT) 	5. Marta Suplicy (PT) 
Ana Amélia (PP) 	6. Benedito de Lira (PP) 
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Edson Lobão (PMDB) 	1. João Alberto Souza (PMDB) 
Roberto Requião (PMDB) 	2. Raimundo Lira (PMDB) 
Luiz Henrique (PMDB) 	3. Valdir Raupp (PMDB) 
Eunício Oliveira (PMDB) 	4. Romero Jucá (PMDB) 
Ricardo Ferraço (PMDB) 	5. Hélio José (PSD) 
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) 	1. Ronaldo Caiado (DEM) 
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 	2. Flexa Ribeiro (PSDB) 
Tasso Jereissati (PSDB) 	3. José Serra (PSDB) 
Antônio Anastasia (PSDB) 	4. Cássio Cunha Lima (PSDB) 
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB) 	1. João Capiberibe (PSB) 
Vanessa Grazziotin (PCdoB) 	2. Lidice da Mata (PSB) 
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) 	1. Marcelo Crivella (PRB) 
Magno Malta (PR) 	2. Wellington Fagundes (PR) 

CONFERO com
 o original
 José Cícero Mota da Silva
 Presidente da
 Comissão de Relações Exteriores
 e Defesa Nacional

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Registro e Redação Parlamentar - SERERP

19/03/2015 ~ 3ª – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Declaro aberta (*Fora do microfone.*) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária desta Legislatura.
Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. (*Pausa.*)
Não havendo objeção, estão aprovadas as atas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não, não, não, não!
Que nada, estou aqui sereno. Eu estou no clima do botão.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vista coletiva.

Não, realmente é um trabalho bem feito e que traz elementos muito importantes para a sabatina do embaixador.

Srs. Senadores, eu queria, antes de encerrar a reunião – já estamos nos aproximando da hora em que habitualmente a nossa Comissão encerra os seus trabalhos... Há uma série de requerimentos aqui que, não havendo maiores problemas, acho que podemos deliberar sobre eles em globo, não é?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu ia sugerir, porque tinha lido essa emenda, Senador Presidente, Aloysio Nunes Ferreira, porque basta a leitura de quem é, o motivo e o autor...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não há maior... E já foram lidos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...que já foram lidos todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu penso que é só aprovar em bloco, e facilita.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Um deles é do Senador Ferraço, convidando o Ministro da Defesa para vir aqui discutir os problemas, os projetos da sua pasta.

Outro é da Senadora Vanessa Grazziotin, que está propondo a construção de uma comissão representativa daqui, da nossa Comissão, para se dirigir ao Estado do Amazonas, para verificar a situação de aeródromos, que estão sendo... Os espaços estão sendo ocupados por cidadãos e suas famílias, e para ver que tipo de solução nós poderemos sugerir ao Ministério da Defesa para essa situação.

Outro do Senador Luiz Henrique. Ele já se referiu a isso, a essa proposta, na reunião inaugural na nossa Comissão nesta Legislatura. Ele está propondo uma reunião de representantes das comissões de relações exteriores e afins nos parlamentos dos países sul-americanos, uma espécie de cúpula parlamentar sul-americana, e com a competência, a diligência do Senador Luiz Henrique, que, seguramente, será encarregado de organizar, eu sei se será um êxito, não havendo...

Eu apresentei também um requerimento, Srs. Senadores, para que, obedecendo à disposição do Regimento Interno que determina que as Comissões se dediquem a um estudo de uma política pública do Governo Federal, eu sugeri que esta Comissão se dedicasse, neste ano, ao estudo da indústria de defesa nacional. Como Comissão de Defesa e Relações Exteriores, creio que não haverá maior problema.

O Senador Fernando Bezerra está convidando o Ministro Joaquim Levy para tratar das relações entre o Brasil e os Estados brasileiros em relação a políticas e programas econômicos norte-americanos.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não sera o caso do Ministro Armando Monteiro?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Também há uma...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) - Porque comércio exterior lida...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Exatamente. O Senador Fernando Bezerra está propondo também o convite ao embaixador... Ao bispo... Desculpe-me, ao Ministro Fernando Bezerra. Eles virão. Qual dos dois... Desculpe, Armando Bezerra. Armando Coelho. Armando Monteiro. Estou confundindo tudo essa hora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) - Porque eu não vejo, na verdade, Senador Aloysio, muito sentido em o Ministro Levy vir falar de comércio exterior se é outro Ministério. Eu queria tirar esse, até para conversar com o Fernando Bezerra, com o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Vamos tirar de pauta então. Vamos tirar de pauta esse, mas aprovar o Ministro Armando Monteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Eu me confundo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Bem, há também o Senador Tasso Jereissati, convida o jornalista William Waack, para fazer aqui uma palestra. Ele já fez no ano passado, foi um sucesso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) - Eu acho muito bom, e eu isso sugerir, Senador Tasso Jereissati, que a gente fizesse aqui um debate de posições, se pudesse chamar também, eu sugeriria, o Samuel Pinheiro Guimarães, fazer uma mesa interessante, se não for...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Objeção? Nenhuma objeção? Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) - Um belíssimo debate.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) - Ótimo. Então, está convidado também, vamos convidar os dois.

O que mais? Esse ainda não foi lido.

Bem, tem uma leitura, eu quero fazer a leitura também de um convite também formulado, a sugestão é do Senador Fernando Bezerra Coelho: "Convidamos a Embaixadora dos Estados Unidos da América para tratar aqui

Quero fazer a leitura também de um convite formulado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Convidamos a Embaixadora dos Estados Unidos da América para tratar aqui das relações entre Brasil e Estados Unidos. Nós já fizemos isso com o Embaixador da França no Brasil, e foi muito interessante o convite.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 14, DE 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, a Srª Liliana Ayalde, com o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para que apresente as perspectivas do governo norte-americano com relação às políticas brasileiras.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Se não há objeção, vou declará-los aprovados.

Em votação. (Pausa.)

Estão aprovados os requerimentos.

(Inclua-se em Ordem do Dia Oportunamente)

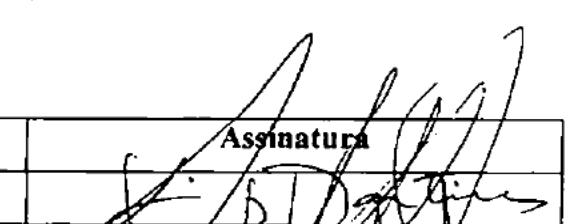
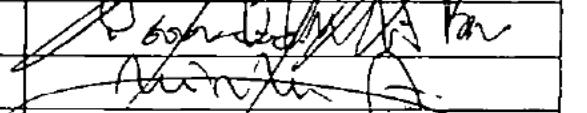
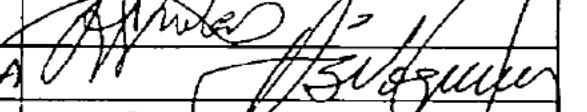
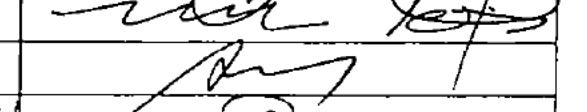
REQUERIMENTO Nº 236, DE 2015

Requeiro nos termos do Art. 332, § 1º, o desarquivamento do PLC 147/2008, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, que institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.

Sala das Sessões,



SENADOR LASIER MARTINS

Senador/Senadora	Assinatura
1. LASIER	
2. FLEXA Ribeiro	
3. Cezar Souza	
4. Renato Lopes	
5. Walter Pinheiro	
6. Roseli Figueiredo	
7. Donizetti Nogueira	
8. Manoel Moreno	
9. Aloizio Mercadante	
10. Aécio Neves (PP/PS)	
11. Wilson Witzel	

12.	José Serra	✓
13.	Simone Tebt	✓
14.	Altídes Oliveira	✓
15.	Regina Souza	✓
16.	Otto Alencar	✓
17.	Ricardo Lemos	✓
18.	Fernando Brito	✓
19.	Rebelo Pimentel	✓
20.	Gilberto Góes	✓
21.	Antônio Cândido Viana	✓
22.	Vinícius B. Rizzo	✓
23.	Gladson Cameli	✓
24.	Eduardo Azeredo	✓
25.	Felmirio Mota	✓
26.	Fernando Bezerra	✓
27.	Renato Góes	✓
28.	Acir Gurgacz	✓
	Parmiro Maggi	✓

(Inluia-se em Ordem do Dia oportunamente)

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 45/2015 – GLDBAG

Brasília, 26 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador Paulo Paim deixa de compor como suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 94, de 2015, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC da Suíça, na abertura de contas irregulares, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo – Senador **Humberto Costa** – Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Of. Nº 25/2015 – BLUFOR

Brasília, 25 de março de 2015

Senhor Presidente, Renan Calheiros,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ) para compor, como membro Titular, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 672, de 2015, que “dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019.”

Atenciosamente, com o abraço do – Senador **Fernando Collor** – Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB – PR – PSC – PRB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício Ind nº 83/2015

Brasília – DF, 26 de março de 2015

Assunto: Retirada de Indicação para Comissão Mista da Medida Provisória nº 553/14

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, retiro a indicação do Deputado ALAN RICK (PRB/AC), como membro titular, da Comissão Mista da Medida Provisória nº 663 de 2014, que “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2015.”

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente – Deputado **Celso Russomanno** – Líder do PRB.

Ofício Ind nº 70/2015

Brasília – DF, 24 de março de 2015

Assunto: Indicação para Comissão Mista da Medida Provisória nº 671/15

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico o Deputado MÁRCIO MARINHO (PRB/BA), como membro titular, em minha substituição, para integrar a Comissão Mista da Medida Provisória nº 671 de 2015, que “Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.”

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente – Deputado **Celso Russomanno** – Líder do PRB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Of./GAB/I/nº 501

Brasília, 30 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcelo Aro – PHS, passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 668/2015, que “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Edio Lopes – PMDB, que passa para a qualidade de suplente, na referida comissão.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Leonardo Picciani**, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Memo nº 3/2015/CMA

Brasília, 18 de março de 2015

Assunto: Arquivamento do OFS nº 7/2014

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que dei conhecimento do OFS nº 7, de 2014 (na origem, ofício nº 62/2014 do Diretor Geral da ANEEL) na reunião do dia 3 de março de 2015. Não tendo havido manifestação, determinei o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Memo nº 4/2015/CMA

Brasília, 18 de março de 2015

Assunto: Arquivamento do OFS nº 8/2014

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que dei conhecimento do OFS nº 8, de 2015 (na origem, ofício nº 150/2015 do Ministério da Integração Nacional) na reunião do dia 3 de março de 2015. Não tendo havido manifestação, determinei o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Of. PRES. nº 017/15-CREDN

Brasília, 26 de março de 2015

Assunto: Informa resultado da eleição para a vaga da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que na data de ontem, 25 de março, esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou eleição, mediante votação secreta dos seus membros, para a vaga da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), em observância ao disposto na alínea "e", inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN¹, tendo sido eleito para a referida cadeira o Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI), por maioria de votos.

Dessa forma, solicito a Vossa Excelência a adoção das providências necessárias, no sentido de que sejam feitos os registros de praxe nos órgãos do Congresso Nacional, referente ao cumprimento do mandato junto à CCAI, pelo prazo de dois anos, pelo Deputado Heráclito Fortes.

Ao agradecer a atenção de Vossa Excelência, despeço-me renovando os meus votos de consideração.

Respeitosamente,

Deputada Jô Moraes
Presidente

¹ Art. 7º A CCAI será composta:

(...)

III - por mais seis parlamentares, com mandato de dois anos, renováveis, nos seguintes termos:

(...)

e) um Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, mediante votação secreta de seus membros;

(...)

Requeiro que seja justificada minha ausência nas sessões do Senado Federal, com base na Ata da 6ª Reunião de 2012 da Comissão Diretora do Senado Federal, realizada em 10 de julho de 2012, por motivo do falecimento de meu Pai Sr. Eduardo de Castro Ribeiro, em decorrência de insuficiência renal e respiratória no dia 25 de março de 2015.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, 27 de março de 2015. – Senador **Fernando Ribeiro**, PMDB/PA.

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Nº 28, de 2015** (nº 170/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 561/2015 – TCU, sobre a Resolução nº 18, de 2014, do Senado Federal (TC-018.511/2014-7); e

– **Nº 29, de 2015** (nº 185/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 540/2015 – TCU, sobre a Resolução nº 3, de 2014, do Senado Federal (TC-005.939/2014-3).

À CAE.

Os Avisos encontram-se disponibilizados eletronicamente no sítio do Senado Federal.

MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– **Nºs 68 a 70 e 72, de 2015**, que restituem os autógrafos dos Projetos de Lei da Câmara nºs 144, de 2010; 22, 35, de 2013; e 49, de 2014, sancionados e convertidos nas Leis nºs 13.108 a 13.111, de 2015, respectivamente.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

TÉRMINO DE PRAZO

Término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 28 de março do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 656, de 2014**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014**, aprovado em 17 de dezembro de 2014.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 171, DE 2015

Altera o art. 1º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar o sigilo na fase investigatória de procedimentos referentes a ações penais públicas originárias, bem como para determinar que o pedido de abertura de investigações somente possa ser autorizado se houver indícios veementes de autoria e materialidade contra a autoridade investigada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigor com a seguinte redação e acrescido dos seguintes parágrafos 3º e 4º:

“Art. 1º Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público terá o prazo de quinze dias para solicitar autorização para abertura de processo investigatório, oferecer denúncia ou pedir arquivamento do inquérito ou das peças informativas. (NR)

.....
§ 3º Recebido o pedido de abertura de investigações, deverá o relator assegurar o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido para a preservação da intimidade, honra e imagem da autoridade investigada, notificando-a para apresentar esclarecimentos no prazo de quinze dias. (NR)

§ 4º Apresentados os esclarecimentos do § 3º, o relator, havendo indícios veementes de autoria e materialidade da prática de ilícito penal, autorizará o pedido de abertura de investigações contra a autoridade investigada, podendo determinar diligências para a elucidação dos fatos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (art. 5º, inciso LVII). Ademais, dispõe que “são invioláveis a intimidade, a vida privada e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (art. 5º, inciso X).

Por sua vez, o Código de Processo Penal estabelece, no *caput* de seu art. 20, que “a autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”. Assim, em regra, no processo penal, a fase investigatória é sigilosa.

O sigilo no inquérito policial constitui, no interesse da justiça, uma cautela que toma a autoridade policial ou judicial para que não sejam divulgadas diligências ou providências relativas ao fato delituoso. Visa, com isso, evitar que a publicidade de elementos e de provas colhidas ou que venham a ser produzidas possa vir a prejudicar o desenrolar do procedimento e, consequentemente, a apuração do ilícito penal.

Por outro lado, o sigilo do inquérito policial visa, também, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal, garantir o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do investigado, sendo que tais atributos, inerentes a cada indivíduo, não devem ser usurpados ou vilipendiados pelo público em geral, sem a mínima certeza da veracidade da prática de ilícito penal.

No mesmo sentido, o sigilo do inquérito policial se presta a resguardar o estado de inocência, garantido pelo art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, o qual somente pode ser maculado com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Ressalte-se que, no caso de autoridades públicas investigadas pela prática de delitos penais, aos argumentos acima citados acerca da necessidade de sigilo do inquérito policial, pode ser acrescentada a circunstância de que, na maioria das situações, a simples divulgação de fatos objeto de investigação policial, ou seja, fatos não comprovados, gera sérios prejuízos à imagem e pode, em diversas situações, inviabilizar a própria atividade administrativa, gerando prejuízo ao interesse público.

Isso porque a divulgação de diligências investigatórias de fatos envolvendo autoridades públicas tende a gerar a condenação antecipada dessas autoridades pela mídia e pela sociedade. Assim, além de sofrer violação à sua intimidade, honra e imagem, por ser pessoa pública, a autoridade é previamente acusada e condenada, antes de qualquer condenação penal ou, até mesmo, do oferecimento de denúncia pela prática dos fatos objeto da investigação.

Feitas essas considerações, propomos a alteração da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, na parte que trata das ações penais públicas originárias perante os tribunais, para que o relator, ao receber o pedido de abertura de inquérito policial, assegure o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido para a preservação da intimidade, honra e imagem da autoridade investigada, devendo notificá-la para apresentar esclarecimentos.

Ademais, apresentados os esclarecimentos, o relator somente poderá autorizar o pedido de abertura de inquérito policial se houver indícios veementes de autoria e materialidade da prática de delito penal pela autoridade investigada, podendo determinar diligências para a elucidação dos fatos.

Embora seja esse o entendimento vigente no Supremo Tribunal Federal e, nos casos mais recentes, o Ministério Público venha adotando a prática de solicitar autorização ao Tribunal competente para a abertura da investigação, esse procedimento não está explícito na Lei e há posições divergentes quanto a essa necessidade. Visando a pacificar a questão e resguardar a competência dos Tribunais introduzimos tal procedimento no *caput* do art. 1º.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação da presente proposição.
Sala das Sessões, – Senador **Fernando Collor**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
- XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
- XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
- XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;
- XXII – é garantido o direito de propriedade;
- XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;
- XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;
- XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;
- XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;
- XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:
- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX – é garantido o direito de herança;

XXXI – a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cuius”;

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII – não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; (Regulamento).

LIX – será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV – a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI – ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII – não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII – conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII – conceder-se-á *habeas data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV – o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI – são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII – são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LIVRO I Do Processo em Geral

TÍTULO II Do Inquérito Policial

Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes. (Redação dada pela Lei nº 12.681, de 2012)

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990

Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Processos de Competência Originária

CAPÍTULO I Ação Penal Originária

Art. 1º Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público terá o prazo de quinze dias para oferecer denúncia ou pedir arquivamento do inquérito ou das peças informativas. (Vide Lei nº 8.658, de 1993)

§ 1º Diligências complementares poderão ser deferidas pelo relator, com interrupção do prazo deste artigo.

§ 2º Se o indiciado estiver preso:

a) o prazo para oferecimento da denúncia será de cinco dias;

b) as diligências complementares não interromperão o prazo, salvo se o relator, ao deferi-las, determinar o relaxamento da prisão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 172, DE 2015 – COMPLEMENTAR

Altera o art. 237 e institui o art. 243-A na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que “dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União”, para

estabelecer a responsabilidade administrativa, civil e criminal do membro do Ministério Público da União que praticar ato temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 237 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, passa a viger acrescido dos seguintes inciso VI e parágrafo único:

“Art. 237.

.....
VI – praticar ato comprovadamente temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política.

Parágrafo único. Fica configurada a conduta prevista no inciso VI, quando o membro do Ministério Público apresentar declarações públicas sabidamente inverídicas que imputem a investigado ou réu, em inquérito policial ou processo criminal, fato ofensivo à sua reputação, à dignidade, ao decoro ou à condição jurídica de inocente.” (NR)

Art. 2º Fica instituído o art. 243-A na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 243-A. Constitui crime a prática por membro do Ministério Público de ato comprovadamente temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política. Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o membro do Ministério Público ficará sujeito a indenizar a pessoa atingida pelos danos materiais ou morais que houver causado”. (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto de Lei Complementar do Senado tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que “dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União”, para estabelecer a responsabilidade administrativa, civil e criminal de membro do Ministério Público da União que praticar ato temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público passou a exercer uma parte da soberania estatal ou até, para alguns, ser considerado um quarto Poder da República. Além de ser o legítimo titular da ação penal pública no âmbito criminal, o Ministério Público exerce relevante influência também no âmbito cível, sendo *custos legis* em diversos assuntos de interesse público (família, registros públicos, menores, etc.) e legitimado ativo para promover a ação por improbidade administrativa e a ação civil pública na defesa de diversos interesses, como o meio ambiente, o consumidor, o patrimônio público, o patrimônio cultural, as pessoas portadoras de deficiência, os idosos e outros interesses transindividuais (direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos).

Entretanto, com o aumento das atribuições conferidas ao Ministério Público, é crescente também o número de excessos praticados por seus membros. Sem o mínimo material probatório necessário, eles vêm ingressando com ações temerárias ou eivadas de má-fé, com nefastas consequências para a imagem das vítimas.

Além dos custos de defesa, do tempo despendido e da natural apreensão em tais situações, a simples condição de parte passiva em uma ação judicial abala de forma irreparável a imagem de uma pessoa, mesmo que, ao final do processo, venha a ser inocentada. Há casos, inclusive, em que pessoas sofrem constrição em seu patrimônio, com base em infundados pedidos de indisponibilidade de bens e outras medidas cautelares solicitadas por membros do Ministério Público.

Ademais, verifica-se o uso abusivo, por membros do Ministério Público, de ações constitucionais em face de determinados administradores ou gestores públicos, com o objetivo único e exclusivo de promoção pessoal ou perseguição política. Em algumas situações, tais atos inviabilizam a própria atividade administrativa, gerando prejuízo à sociedade e ao interesse público.

Ressalte-se que a própria Constituição Federal, conforme se verifica no § 6º, do art. 37 (“as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa**” – destacou-se), prevê a possibilidade de responsabilização do agente público que atuar com culpa ou dolo.

Diante disso, visando a coibir os abusos e prevenir constrangimentos injustificados, propomos, por meio do presente Projeto de Lei Complementar, a regulamentação da responsabilização administrativa, civil e criminal do membro do Ministério Público que praticar qualquer ato de ofício de forma temerária ou mediante comprovada má-fé, ou ainda, com o interesse de promoção pessoal ou perseguição política.

Sala das Sessões, – Senador **Fernando Collor.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

Seção I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Su-

premo Tri-bunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de resarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.”

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 237. É vedado ao membro do Ministério Público da União:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto; honorários, percentagens ou custas processuais;

II – exercer a advocacia;

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V – exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

Art. 243. Compete ao Procurador-Geral de cada ramo do Ministério Público da União aplicar a seus membros as penas de advertência, censura e suspensão.

Brasília, 20 de maio de 1993; 172º da Independência e 105º da República. – **ITAMAR FRANCO – Maurício Corrêa.**

OFÍCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

– N° S/28, de 2015 (n° 21/2015, na origem), encaminhando, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), informações relativas ao cumprimento, pelo respectivo ente, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei (Vide item 3.1 do Sumário).

À CAE.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senadora Angela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senadora Angela Portela, primeira oradora inscrita para o período de comunicação inadiável.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Sr^a Presidente, requeiro a minha inscrição como Líder do PSB.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Líder do PSB, V. Ex^a está inscrito logo após a minha inscrição, que já foi efetivada, Senador.

Dando início, então, a nossos trabalhos, quero convidar, como o primeiro orador inscrito nesta sessão – e o faço com muito prazer –, o Senador Collor de Mello. O nosso primeiro orador desta segunda-feira, Senador Collor de Mello, fará pronunciamento neste início de tarde.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{ma} Sr^a Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores, são inegáveis – e todos reconhecemos – os avanços sociais e institucionais proporcionados pela Constituição Federal de 1988, entre os quais poderia ser citado o fortalecimento do Ministério Público.

Passados mais de 25 anos da nova configuração do Ministério Público, instituição permanente de vital importância para a democracia brasileira, entendemos que alguns ajustes e aperfeiçoamentos seriam bem-vindos.

Nesse sentido, apresentei no último dia 24 de março a Proposta de Emenda à Constituição que recebeu o n° 33, de 2015, que uniformiza regras de escolha do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais dos ministérios públicos estaduais, contendo três importantes e, ao meu ver, oportunas alterações.

A primeira trata da recondução do Procurador-Geral da República. Hoje, o art. 128, § 1º, da Constituição Federal não estabelece limite ao número de reconduções ao cargo do Procurador-Geral da República. Não nos parece recomendável que alguém possa permanecer nessa função por mais de dois mandatos, ou seja, mais de quatro anos. Não faria bem à instituição, que, como outras, precisa sempre se renovar, precisa se oxigenar e valorizar suas lideranças. Assim, a exemplo do que já ocorre com os ministérios públicos estaduais, conforme prevê o art. 128, § 3º, da Constituição Federal, ponderamos que seria mais saudável permitir uma única recondução ao Procurador-Geral e, desse modo, preencher uma lacuna de indefinição no texto constitucional.

A segunda alteração refere-se ao processo de nomeação do Procurador-Geral. Com é sabido, no caso dos ministérios públicos estaduais, o processo de escolha do nome ao cargo passa pelo voto da classe, antes que a lista tríplice seja levada à decisão do Governador. Entendemos que, para a lisura do processo, melhor seria prever uma regra de “desincompatibilização” daquele que exerce a chefia do órgão e queira ser candidato à recondução. Isso tanto em favor de um processo eletivo mais equilibrado entre os concorrentes, como também para evitar que a atividade ministerial seja direcionada a fins estranhos à própria instituição. É sabido que tais processos de escolha têm ganhado, ano após ano, por sua intensidade e até rispidez, contornos de verdadeira campanha eleitoral, tanto no universo interno da categoria como no âmbito externo, especialmente junto àqueles agentes públicos que, ao final, irão aprovar ou não a indicação feita pelo Executivo.

A propósito, guardadas algumas especificidades, a regra agora proposta já consta das Leis Orgânicas do Ministério Público do Rio de Janeiro (art. 9º, § 1º, da Lei Complementar Estadual n° 106, de 2003), do Ministério Público de Minas Gerais (art. 5º, § 3º, da Lei Complementar Estadual n° 34, de 1994) e do Ministério Público do Rio Grande do Sul (art. 4º, § 8º, da Lei Complementar estadual n° 7.669, de 17 de junho de 1982), entre outras.

Embora a escolha do Procurador-Geral da República não passe pela formação de uma lista tríplice oficial, fato é que, nos últimos anos, estabeleceu-se a praxe, e tão somente uma praxe, na formação da relação dos nomes que é organizada pela Associação Nacional dos Procuradores da República, o que tem tido grande peso na escolha feita pelo Presidente da República.

Com efeito, as mesmas razões que levam à regra da desincompatibilização acima proposta também são válidas para o Ministério Público da União. Dessa forma, para que a instituição não se deixe levar por interesses

eleitorais desta ou daquela candidatura, parece-nos que o melhor seria prever a regra da renúncia do chefe do Ministério Público da União três meses antes do término do respectivo mandato, até mesmo para que a sua atuação – isso, no caso de ele tentar a recondução – não seja questionada ou mal interpretada por setores da sociedade. Preserva-se, pois, o próprio Ministério Público.

Por fim, e esse é o ponto mais importante da proposta, sugerimos que o cargo de Procurador-Geral da República possa ser ocupado por qualquer um dos membros do Ministério Público brasileiro, seja da União, seja dos Estados.

É preciso lembrar que, com a criação do Conselho Nacional do Ministério Público pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, o Procurador-Geral da República tornou-se mais do que o chefe do Ministério Público da União. Estamos falando, portanto, de uma carreira nacional. Não faria sentido, pois, limitar essa escolha aos membros do Ministério Público da União, como se tivessem ascendência natural sobre os demais ramos da instituição.

Ademais, é importante destacar que um dos grandes princípios da instituição do Ministério Público é a sua unidade e a sua indivisibilidade, o que torna essa instituição única, integral. Tanto é assim que as prerrogativas e carreiras de seus membros são comuns, inclusive no que tange à equidade salarial.

Ressalte-se, ainda, que cabe ao Procurador-Geral da República oficiar perante o Supremo Tribunal Federal, cujas decisões possuem caráter, abrangência e repercussão nacionais, ou seja, não são voltadas exclusivamente para a União. O mesmo ocorre em relação aos demais tribunais superiores, os quais cabem também ao Procurador-Geral da República oficiar.

Vale lembrar ainda, Srª Presidente, que os integrantes do Ministério Público da União, englobando todas as suas ramificações, somam hoje, em atividade, 1.590 procuradores, sendo 1.084 do Ministério Público Federal, 40 do Ministério Público do Trabalho, 79 do Ministério Público Militar e 387 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Contudo, sabe-se também que os verdadeiros postulantes saem da lista de Subprocuradores-Gerais da República, hoje resumidos a 74 membros. De outro lado, o total de integrantes ativos dos Ministérios Públicos Estaduais é de 10.531, ou seja, dez vezes mais que os da União. Se considerarmos o total de integrantes, incluindo aqueles que estão cedidos a outros órgãos, licenciados, além dos cargos ainda não ocupados, o universo chega hoje a quase 17 mil membros.

Ou seja, enquanto um Ministro da mais alta Corte de Justiça do País, o Supremo Tribunal Federal, pode ser escolhido dentre qualquer brasileiro de notável saber jurídico e reputação ilibada – logo, um universo de milhões –, a escolha do Procurador-Geral da República vem se dando somente dentre aqueles 74 Subprocuradores-Gerais. Em suma, ao cotejar aquele número – 17 mil integrantes – aos 74 reais candidatos, tem-se a dimensão e o impacto do avanço, em termos de possibilidades e, portanto, na democratização da escolha.

Assim, nada mais justo, nada mais arejado e saudável à própria Instituição do que ampliar a base de postulantes a ocupar o cargo de Procurador-Geral da República e, ao mesmo tempo, o de presidente do Conselho Nacional do Ministério Público. Afinal, não se pode esquecer que os procuradores, como guardiões da Constituição Federal, são agentes fundamentais de representação do interesse público ou, em outras palavras, da própria sociedade.

Sem dúvida, maximizar o pluralismo quanto às possíveis escolhas torna o processo mais democrático, mais inclusivo, mais socializado e ainda mais representativo da categoria dos Procuradores, evitando, desse modo, o fortalecimento de uma aristocracia já existente.

Além do mais, a medida proposta é uma forma justa de prestigiar e valorizar a grande maioria dos procuradores, quais sejam, os procuradores dos Estados, dando-lhes condições de igualdade para disputar o cargo de Procurador-Geral da República.

Não obstante, Srª Presidente, com o aumento do universo de postulantes ao cargo, a aprovação da proposta permitirá também uma maior aproximação ou analogia entre a indicação do Procurador-Geral da República com aquela aplicada, por exemplo, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Advogado-Geral da União, ou seja, cargos de livre nomeação por parte do Presidente da República, com universos de escolha bem mais amplos.

É inegável, assim, que tanto para a lista tríplice da categoria como para o próprio Presidente da República, a ampliação do número de candidatos permitirá um índice de acerto, sem dúvida, maior na escolha final do nome para o cargo de Procurador-Geral da República.

Em suma, Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a proposta de emenda à Constituição tem como intuito maior o estabelecimento de regras uniformes sobre o processo de escolha dos procuradores-gerais, de todos os ramos do Ministério Público brasileiro. São adaptações e alterações que certamente oxigenará e ampliará a representatividade do Ministério Público, ou, em outras palavras, fará chegar a democracia à instituição como um todo.

Por isso, finalizando, tenho certeza, a proposta receberá o apoio majoritário dos próprios integrantes do Ministério Público.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A Mesa cumpri-
menta V. Ex^a, Senador Collor de Mello, não só pelo pronunciamento, mas também pelas propostas que acaba
de relatar, comunicar e, sem dúvida nenhuma, merecerão a atenção não só das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, mas
Deputados e Deputadas também.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Temos certeza
de que o objetivo é aprimorar, sempre, a nossa democracia.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Sem dúvida. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Cumprimentando
V. Ex^a, convido para fazer o uso da palavra, no período de comunicação inadiável, a Senadora Angela Portela,
do PT do querido e vizinho Estado de Roraima.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão
da oradora.) – Muito obrigada.

Senadora Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, existe uma ansiedade, existe todo um
acompanhamento feito por sindicalistas, por servidores dos dois ex-Territórios, Roraima e Amapá – e até incluo
Rondônia também –, em função da análise do relatório da Medida Provisória 660, que deverá ser apresentado
logo mais, terça-feira, às catorze e trinta, pelo Deputado Silas Câmara.

Vamos verificar a apresentação e o acolhimento das emendas feita pelos Parlamentares de Roraima, Ron-
dônia e do Amapá, para incluir servidores que prestaram serviços a esses três ex-Territórios, principalmente
Roraima e Amapá, nos períodos de outubro de 1988 a outubro de 2003.

Então, essa Comissão Mista destinada a apreciar o relatório e substitutivo da Medida Provisória nº 660/2014,
editada para regulamentar a Emenda Constitucional nº 79, de 2014, tem pela frente grandes responsabilida-
des: votar o relatório e o substitutivo e acolher as emendas que foram apresentadas até agora. Com muitas
das emendas temos concordância, porque estudamos e vimos a possibilidade de acolhimento para beneficiar
esses servidores; algumas delas, nem tanto. E a reunião de terça-feira, às 14h30, vai servir exatamente para que
os Parlamentares possam discutir a viabilidade dessas emendas.

Quero, de inicio, agradecer mais uma vez o Relator, Deputado Silas Câmara, por ter acolhido quase todas
as emendas que apresentei bem como as apresentadas por outros colegas Parlamentares, que serão incorpo-
radas ao texto da MP nº 660, para aperfeiçoar o seu conteúdo.

Essas emendas, Sr^a Presidenta Vanessa Grazziotin, asseguram direitos dos servidores e policiais militares,
direitos esses que estão na Emenda Constitucional nº 79, de 2014, ora regulamentada pela Medida Provisória
nº 660. A propósito, devo destacar que, para os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios, apresentei
emenda específica propondo o benefício de assistência à saúde, direito há muito tempo defendido e pleiteado
pela corporação dos Estados de Roraima, Rondônia e Amapá. Uma das emendas que apresentamos é exata-
mente para dar aos bombeiros militares o direito à assistência à saúde.

As emendas acolhidas nesse relatório e substitutivo atendem as reivindicações dos policiais civis,
policiais militares, aposentados e pensionistas, servidores dos ex-territórios lotados na Secretaria de Planeja-
mento dos, hoje, Estados de Roraima, Rondônia e Amapá e ainda atende a um histórico pleito dos fiscais de
tributos dos ex-Territórios.

Dessa forma, a Emenda nº 32 resgata um direito há muito reivindicado pelos fiscais de tributos dos an-
tigos Territórios. Eles passam a contar com o mesmo padrão remuneratório da carreira de Auditoria Fiscal da
União e receberão, com o acolhimento dessa minha emenda, o mesmo subsídio pago aos auditores da Receita
Federal do Brasil, pois os fiscais dos ex-Territórios são também auditores da União.

Com a Emenda nº 33, procurei garantir o enquadramento dos servidores que desempenham funções
de analistas e técnicos de planejamento e orçamento. Porque, no Governo Federal, há um plano de carreira
específico para esses servidores, sendo também de justiça o enquadramento dos demais profissionais que de-
sempenham as mesmas atribuições dos analistas e técnicos de planejamento da União.

Os aposentados passarão a ser atendidos nos termos da minha Emenda nº 34. Ao regular o art. 8º da
Emenda nº 79, busco garantir que o Governo assuma diretamente as aposentadorias ocorridas entre 1988 e
1993, assim como prever compensações previdenciárias entre os institutos de previdência dos Estados e do
Governo Federal, de modo a assegurar a aposentadoria dos futuros optantes pelo quadro da União.

Também quero aqui lamentar a rejeição das Emendas nºs 42, 43 e 44, também de minha autoria, que
tratam, respectivamente, de servidores admitidos em cargos comissionados, em cargos cooperativados, mas
que exerciam as mesmas funções dos cargos efetivos.

As Emendas nºs 42 e 43 tinham o propósito de corrigir uma injustiça cometida para com esses servidores
de Roraima, que trabalharam, de fato, em um período em que o Estado necessitava dessa força de trabalho.

Aliás, a Emenda nº 42 foi apresentada para justificar ao relator da MP nº 660 a conjuntura do período da
instalação nos Estados de Roraima e Amapá quando os órgãos essenciais para a estrutura e funcionamento
dos Estados de Roraima e Amapá ainda estavam em formação, a exemplo dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Nesse período compreendido entre 1988 e 1993, o Governo não tinha ainda autonomia plena para realizar concursos públicos, o que levou o Governo estadual, especialmente durante a instalação, a contratar servidores nomeados em cargos comissionados para garantir à população os serviços essenciais públicos de segurança, saúde, educação e gestão pública.

Apesar de nomeados para cargos em comissão, esses servidores exerciam atribuição de cargos efetivos, em escolas, hospitais, delegacias. Essa situação colocaria esses trabalhadores na mesma condição dos demais servidores contratados regularmente, portanto aptos a terem seus processos examinados pela Comissão de Enquadramento.

Já a Emenda 43, que se refere aos servidores cooperativados, foi apresentada com o fim de justificar direito de opção aos servidores que trabalharam na condição de cooperativados, para manter a continuidade da prestação de serviços públicos. Da mesma forma com que eu justifico os cooperativados eu justifico os cargos comissionados. O Estado, em fase de implantação, tinha necessidade de ter esses servidores, que, independentemente da forma como foram contratados, eram de essencial importância para o desenvolvimento das políticas públicas em todas as diversas áreas: segurança, educação, saúde, assistência social.

A Emenda 44, também de minha autoria, diz respeito à apresentação de comprovante de escolaridade. O objetivo era conferir o mesmo tratamento aos servidores ocupantes de cargos públicos e empregados públicos, que poderiam apresentar a escolaridade no ato de admissão ou na entrega do termo de opção para o quadro federal. Infelizmente, será mantido um tratamento diferente para os servidores e empregados públicos.

Com essas nove emendas que apresentei, Srª Presidenta, eu tive o nítido propósito e objetivo de atender os servidores e assegurar os seus direitos, direitos que lhes cabem e que, no espírito da Emenda Constitucional 79, estão devidamente previstos.

Todas as pessoas – os sindicalistas, os Presidentes de associações de servidores, os servidores diretamente envolvidos e seus familiares – que acompanham este processo devem lembrar que, atendendo rigorosamente a negociação conduzida com as lideranças parlamentares, o Governo Federal cumpriu o prazo de 180 dias para publicar a MP 660, atendendo, assim, uma reivindicação histórica e justa de milhares de servidores civis e policiais desses dois ex-Territórios. Então, eu quero aqui reconhecer o mérito do Governo Federal de ter cumprido as determinações, o prazo de 180 dias e agradecer à Presidenta Dilma por seu compromisso com os servidores desses Estados, desses ex-Territórios.

Essa emenda constitucional se originou da PEC nº 111, que foi apresentada, em 2011, pela ex-Deputada Federal Dalva Figueiredo, do PT do Amapá.

Desde o início, a proposta contou com todo o nosso apoio e com o máximo empenho para sua votação. Na Câmara Federal, pudemos ver a votação expressiva de todos os partidos, do PT, do PCdoB, do PSB. A união que houve em torno dos Parlamentares das Bancadas de Roraima e do Amapá foi intensa e, assim, fizemos uma intensa articulação com o Líder do Governo, o então Deputado Arlindo Chinaglia, para que recomendasse o voto favorável à aprovação da PEC nº 111 lá na Câmara Federal.

Srs. Senadores, sempre advogamos pela inclusão, no quadro em extinção do Governo Federal, dos servidores públicos que trabalhavam nos antigos Territórios de Roraima e do Amapá durante esse período, quando houve a efetiva instalação dos dois Estados.

Aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, a PEC nº 111, que aqui, no Senado Federal, passou a tramitar com o número 11, era a PEC nº 11, foi apreciada e votada aqui também de uma forma muito rápida. Os Senadores foram muito sensíveis também à aprovação da PEC nº 11, aqui, no Senado Federal, que teve como Relator o então Senador José Sarney, que emitiu seu parecer favorável ao justo pleito dos servidores. Assim, a Proposta de Emenda à Constituição foi aprovada pelo Senado, originando a Emenda Constitucional nº 79, promulgada em 27 de maio de 2014.

Esse é um breve histórico dessa emenda constitucional que é tão importante para a inclusão de milhares de pais de famílias dos dois Estados.

O texto da Emenda nº 79 previa o prazo de 180 dias contados a partir de sua promulgação para que fosse regulamentada. Isso foi cumprido rigorosamente pelo Governo Federal. Além de cumprir esse prazo com precisão, o Governo Federal baixou um decreto que detalha os procedimentos para a inclusão dos servidores no quadro federal e que cria a comissão especial que atuará em Roraima com a incumbência de receber a documentação e o termo de opção dos servidores. Essa comissão especial vai atuar em Roraima e também no Amapá.

Ressalto, mais uma vez, a importância da incorporação de todas as emendas apresentadas à MP nº 660 para atendermos todas as categorias funcionais com os vários pleitos que estão previstos e que são de direito desses servidores.

Há algumas emendas que precisam ser discutidas. Tive informação agora de que foi apresentada uma nova emenda e o texto foi alterado. Então, amanhã, às 14h30, na reunião, certamente vai haver um amplo debate para as mudanças, as inovações que surgiram em relação ao relatório, ao substitutivo do Deputado Silas Câmara.

Enfim, sou a favor, Srª Presidenta, de todas essas emendas que enriquecem e aperfeiçoam o texto da Medida Provisória nº 660.

Agradeço, portanto, mais uma vez, o Deputado Silas Câmara, a todos os envolvidos no acompanhamento da votação, aos colegas Parlamentares e sugiro que, amanhã, estejamos lá na Comissão Especial, para discutir, aprovar e incluir, definitivamente, esses servidores que lutam há muitos anos para serem reconhecidos nos quadros da União.

Vamos à luta e vamos à aprovação desta MP 660, para que a gente possa, efetivamente, assegurar o direito desses servidores ao enquadramento nos quadros dos servidores do Governo Federal, da União.

Era isso, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Cumprimentando V. Exª, Senadora Angela Portela, pelo pronunciamento, passo a direção dos trabalhos ao Senador Elmano, que dará continuidade, visto que sou a próxima oradora.

A Srª Vanessa Grazziotin deixa a Cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Eu me inscrevi pela Liderança, Senador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Ela estava falando como inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – A Senadora Ângela estava inscrita para fazer uma comunicação inadiável. Por isso, concedo a palavra...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Mas a Mesa tem de revezar: um inscrito, um Líder e uma comunicação inadiável.

Mas, tudo bem, Senadora. V. Exª, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Não, Senador, deixe-me explicar. Eu fiz uma permuta com o Senador Telmário, que fala como orador inscrito, e, por isso, eu falo como oradora inscrita agora. Foi por essa razão. Presidente, se V. Exª me permite, quero iniciar meu pronunciamento.

Primeiro, quero agradecer o Senador Telmário pela permuta e dizer que, antes de iniciar o pronunciamento que me traz à tribuna neste momento, eu gostaria de abrir um parêntese para comunicar um grande e belo evento organizado pela Bancada Feminina, sob a liderança da Senadora Marta Suplicy, uma vez que aconteceu em seu Estado, o Estado de São Paulo, realizado na última quinta-feira.

Fomos – boa parte das Deputadas Federais, Senadoras da República, acompanhadas de inúmeros Deputados Federais, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha – à Fiesp, Sr. Presidente, em que realizamos o primeiro de tantos outros atos que deveremos realizar nas capitais e nas cidades brasileiras, que decorre de uma campanha nacional em que nós da Bancada Feminina estamos envolvidas, que é a campanha relativa à reforma política, mais especificamente para tratar da questão de gênero dentro da reforma política. Essa campanha é denominada Mais Mulheres na Política, Sr. Presidente, porque temos o entendimento de que, se a reforma não servir para aperfeiçoar o processo de representação democrática, não será exatamente aquela reforma esperada pelo conjunto da sociedade brasileira. Mas eu vou voltar a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar acerca desse assunto.

Eu, hoje, quero tratar da avaliação do quadro político que fizemos durante todo o último final de semana. De sexta-feira, dia 27, até o dia de ontem, dia 29, a Direção Nacional do meu Partido – o PCdoB, que, aliás, no último dia 25 comemorou o aniversário de 93 anos de fundação – e o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, como parte dessas comemorações, estiveram reunidos debatendo não só questões estratégicas, mas, sobretudo, o quadro de crise que atravessamos hoje, em boa parte do mundo e, especialmente, em nosso País, o Brasil.

Foi uma reunião muito densa, classificada pelo nosso Presidente, Renato Rabelo, como uma reunião importante. E, de fato, foi, porque, com muita paciência, ouvimos opiniões de mais de uma centena de companheiros, camaradas, dirigentes do Partido Comunista do Brasil, de toda esta extensa Nação e dos mais diferentes setores, de um membro da juventude, Sr. Presidente, Senador Elmano, a uma representante de mulher, a um representante comunitário, a Ministro, a pessoas que ocupam cargos de Secretários Estaduais. A partir daí, eu quero aqui dizer como o nosso Partido se mantém unido principalmente nos momentos mais difíceis da vida brasileira, da vida da democracia brasileira. Uma reunião tensa, densa, mas marcada com um profundo espírito de unidade e de desejo de participar e de contribuir para a superação do problema, entendendo que superar o problema significa caminhar rumo ao avanço e jamais caminhar rumo ao retrocesso.

Portanto, Sr. Presidente, neste período ainda das comemorações dos nossos 93 anos de fundação, essa última reunião do Comitê Central serviu também para convocar a 10ª Conferência Nacional, que deverá ter como tema, além da continuidade do debate acerca da situação política do momento, desta grave crise por que passamos, deveremos debater o lugar e o papel do nosso partido nesta nova realidade que emerge, sobretudo da luta necessária, além de ser uma conferência chamada com o firme propósito de debater a sucessão na Presidência Nacional de nosso Partido. Renato Rabelo, que é o nosso Presidente já há mais de uma década, manifestou o seu interesse em deixar a Presidência, jamais a militância, jamais a possibilidade de continuar contribuindo e formulando com o Partido. E entendendo que é necessária essa alternância de poder dentro do nosso Partido, convocamos especialmente essa 10ª Conferência para debater essa sucessão.

Sr. Presidente, essa nossa longa trajetória, de 93 anos de existência, de heroicas lutas e importantes realizações da legenda comunista, revela que sua existência é uma exigência histórica. Deriva de aspirações profundas do nosso povo de construir uma nação próspera, democrática, soberana e de pujante progresso social, projeto que, pela convicção de nosso partido, o PCdoB, só triunfará se tivermos como rumo e horizonte a transição ao socialismo. Mais de nove décadas de lutas do PCdoB, Sr. Presidente, resultaram num rico legado à Nação e aos trabalhadores, do qual se destacam jornadas empreendidas em conjunto com as forças progressistas, como as que foram travadas contra o Estado Novo, de 1937 a 1945, e contra a ditadura militar, de 1964 a 1985. Essas e outras jornadas que custaram, inclusive, a prisão e a própria vida de muitos de nossos camaradas, de nossos militantes, militantes comunistas, assim como de outros grandes patriotas, proporcionaram a conquista da democracia, na qual a Nação, hoje, apóia-se para edificar o seu presente e o seu futuro.

Eu faço esta pequena introdução, Sr. Presidente, para dizer o quanto é atual, ainda, a luta em defesa da democracia em nosso País, diante dessa crise, e é uma grave crise, não adianta querermos aqui tapar o sol com a peneira. Vivemos uma crise profunda no Brasil, uma crise de que temos entendimento de ser uma crise política, com nuances de crise econômica, uma crise ética, moral e que pode levar a uma crise da ordem institucional. Então, não dá para dizer que está tudo bem – vivemos uma crise e dela temos que sair, Sr. Presidente.

Agora, repito, temos que sair no caminho do avanço, e não permitir que aconteça agora o que aconteceu no passado. Crises levaram a retrocesso, V. Exª muito mais do que eu viveu nesses momentos, em que, aparentemente em defesa da ética, movimentações e grandes mobilizações foram feitas, mas que culminaram em regimes autoritários, em regimes de exceção, em regimes antidemocráticos. Agora, nós não podemos jamais permitir que isso aconteça.

Portanto, um dos pontos centrais da reunião do Comitê Central desses últimos dias – e que será um dos pontos centrais do debate da sucessão na conferência que será realizada em maio – é, sem dúvida, a defesa da democracia, a necessidade de se impulsionar a contraofensiva. Para isso, para que se impulsionne uma contraofensiva, é necessário, é fundamental, é imprescindível, Senador Capi, a construção de uma frente ampla, uma frente, acima de tudo, em defesa dos avanços, dos direitos conquistados e da própria democracia brasileira. E eu me refiro a V. Exª, Senador Capi, porque V. Exª foi um dos tantos brasileiros, ao lado de Janete Capiberibe e de tantos outros – aqueles à que eu acabei de me referir –, que viveram durante muito tempo na clandestinidade, porque tiveram seus direitos democráticos cortados.

Então, é com esse compromisso histórico com a causa democrática, que o nosso Partido entende ser necessário alertar o povo para o fato de que a nossa própria democracia é que está sendo ameaçada, Sr. Presidente, porque, infelizmente, uma parte formada por oportunistas, conservadores, saudosos do período neoliberal vem promovendo uma verdadeira escalada reacionária, defendendo, inclusive, o golpe contra o Governo democrático, conquistado legitimamente nas urnas nas últimas eleições, que é o mandato da Presidenta Dilma.

O objetivo dessa intentona da direita, que ocorre num contexto de forte impacto da crise capitalista mundial sobre os países em desenvolvimento, de uma ofensiva do imperialismo na América Latina, não tem outro propósito senão a tentativa de ceifar o ciclo democrático progressista iniciado em 2003, com a eleição de Lula para Presidente da República. E muitos podem até dizer: "Mas a crise é real, não é construída artificialmente." De fato, a crise é real, e é contra ela que nós temos que trabalhar, é contra ela que nós temos que lutar, permitindo não o retrocesso, mas, sim, o avanço.

Vamos ver como tudo evoluiu nos últimos tempos. Não quero ser dona da verdade, apenas tentar fazer, de forma bem resumida, a avaliação que todos nós temos. Primeiro, estourou no Brasil uma operação chamada Lava Jato, que dura quase um ano e que vem elucidando, apontando, mostrando ao conjunto da população brasileira as coisas que muitas vezes eram conhecidas por se ouvir dizer do corredor, mas hoje estão sendo desvendadas, mostradas. Refiro-me à operação que está mostrando as inúmeras ações criminosas que ocorreram em torno da Petrobras e diretamente contra a Petrobras, que não só é a maior empresa do Brasil, mas que é o próprio orgulho do povo brasileiro – ações desenvolvidas por servidores da empresa, empresários que atuam diretamente em contratos com essa empresa e por políticos. Não quero condenar absolutamente ninguém, pois é ao Ministério Público, ao Poder Judiciário que cabe o papel de investigar e de mostrar com provas o grau e o nível de envolvimento de cada um, quer políticos, empresários ou servidores públicos.

No decorrer dessa operação, vivemos uma eleição, talvez a mais disputada dos últimos tempos no Brasil, que culminou com a vitória legítima da Presidente Dilma. E eu digo legítima, uma vitória apertada, entretanto, legítima e, como diz o Presidente do meu Partido, Renato Rabelo, uma vitória épica, uma vitória importante, porque a população brasileira teve a oportunidade, durante o período eleitoral, de poder ouvir, ver e analisar o que aconteceu, no Brasil, num passado mais distante, num passado mais recente e aquilo que poderia vir a acontecer no futuro – e a maioria optou em reeleger a Presidenta Dilma para, novamente, dirigir os destinos deste País.

Mas é inegável que o que ficou também das eleições foi uma disputa extremamente acirrada entre as forças de apoio à Presidente Dilma e as forças oposicionistas, ao ponto de que a oposição não considerou o episódio encerrado a partir da realização do segundo turno, não. Continuou a dar curso àquilo que nós chamados de terceiro turno, Sr. Presidente. Então, vivemos uma disputa acirrada até o momento.

Aliado a isso, vivemos um problema na nossa economia. Muitos dizem que esses problemas na economia brasileira revelam que a Presidente Dilma mentiu ao povo brasileiro. Não é essa a verdade; não é essa a verdade! E muitos dizem também que é falácia o fato de que alguns membros do Governo ou dos partidos da base de apoio ao Governo se baseiam numa fundamentação falsa e equivocada de que seria a tentativa, dizem eles, de justificar a crise da economia brasileira com uma crise internacional.

Ora, falacioso é quem não quer enxergar. Pretendem enganar a população aqueles que tentam dizer que o Brasil vive separado do mundo e que o Brasil é uma Nação imune ao que acontece no mundo. Ou será que não é verdade, Sr. Presidente, que o Brasil, que viveu durante tanto tempo com benefícios importantes do preço das *commodities*, não sofreu com a queda do preço das *commodities*, por conta da perda da capacidade de compra de muitos países: dos Estados Unidos, da Europa e da própria China?

Eles cresciam, a cada ano, acima de dois dígitos, e hoje se prevê um crescimento de 7%, o que para eles, para quem crescia a 11% a 12%, é uma queda significativa, o mesmo que nós, no Brasil. Nós crescímos uma média de 2,5%, de 3% ao ano, e passamos a ter um crescimento nulo. Não tivemos decréscimo, não tivemos recessão, mas não tivemos um crescimento significativo.

Comparativamente, creio que estamos dentro da média internacional. Aliás, estamos acima da média internacional, porque, enquanto os outros países jogaram o ônus da crise, que é uma crise do sistema financeiro, capitalista, sobre as costas dos trabalhadores, nós não tivemos problemas de desemprego – repito, não tivemos problemas de desemprego –; nós não tivemos problemas de perda de direito dos trabalhadores. Não tivemos isso, Sr. Presidente.

Então, todas as medidas, inclusive as medidas de desoneração, foram necessárias. A adoção dessas medidas foi necessária, exatamente para garantir que o povo mais humilde não sofresse em primeiro lugar.

Mas chega uma hora, como feijão numa panela de pressão, em que ou desligamos o fogão, ou a coisa estoura. Ainda não vejo o Brasil na situação de ter a panela de pressão estourando, mas o País está num momento em que precisa tomar algumas medidas para conter um futuro colapso, que está muito distante, mas está adiante – muito distante, mas lá adiante.

Foram anunciadas as medidas fiscais pela Presidenta Dilma. Nós temos dito – não apenas eu, mas vários Senadores e Senadoras que se revezam nesta tribuna para falar acerca das medidas de ajuste – que medidas de ajuste, no Brasil, são necessárias. Agora, se serão aprovadas exatamente da forma como vieram, não creio, porque a democracia é isto: a independência dos Poderes com convivência harmoniosa.

Amanhã mesmo, teremos, na Casa, num debate que já antecipadamente considero um dos mais importantes neste início dos trabalhos do Parlamento brasileiro, a presença do Ministro da Fazenda, Ministro Levy, que virá debater com todos os Srs. Senadores e com as Sras Senadoras a situação do Brasil e as medidas que estão sendo discutidas no Congresso Nacional. Vamos trocar ideias, vamos apontar, vamos ver em que podemos avançar, o que podemos mudar, o que devemos manter. É exatamente esse diálogo que nós teremos, Sr. Presidente.

Então, este momento faz com que o Brasil, de fato, atravesse um período de dificuldade. Na Operação Lava Jato, o Ministério Público divulgou recentemente uma relação de pessoas que estão sendo investigadas, pessoas ligadas não apenas ao setor empresarial, mas também ao Parlamento brasileiro, ao Governo brasileiro.

Veja, Sr. Presidente, é óbvio que a situação não é tranquila. Mas, repito, nós do PCdoB entendemos que, neste momento de dificuldade, temos que estar unidos em defesa do Brasil. Jamais – jamais! – aceitaremos que oportunistas de plantão utilizem este momento, como muitos fizeram no passado, para promover golpes. Não; isso nós não aceitaremos, e lutaremos com todas as nossas forças.

Por isso, entendemos que a defesa do mandato da Presidenta Dilma, neste momento, é fundamental, Sr. Presidente, é primordial, porque defender o mandato legítimo da Presidência significa defender a própria democracia em nosso País.

Então, é partindo dessa realidade instável, perigosa, que nós do PCdoB, Sr. Presidente, ressaltamos que a questão-chave do momento é rechaçar o golpismo; defender de modo resoluto a democracia e o mandato constitucional da Presidente Dilma. Avaliamos que se impõe como tarefa maior constituir, desde já – e aí, não

basta diagnosticar a crise, é preciso apontar caminhos para a saída da crise. E nós temos o entendimento de que, hoje, uma tarefa primordial é constituir uma frente ampla com todas as forças possíveis do campo democrático e patriótico, pois somente uma frente que une as forças patrióticas, progressistas e democráticas da Nação será capaz de enfrentar, de isolar e derrotar a ofensiva retrógrada do consórcio oportunista e oposicionista.

E aí, Sr. Presidente, vamos voltar às manifestações. Eu tenho certeza – e as próprias pesquisas feitas durante as manifestações de rua mostram isso – de que a grande parcela da população não está preocupada em tirar a Presidenta Dilma; está preocupada em ajudar, em lutar para que o Brasil esteja nos trilhos. E o Brasil nos trilhos significa uma Nação que sabe combater a corrupção, mas, ao mesmo tempo, promover as mudanças estruturais e estruturantes exigidas pela própria Nação, com o objetivo de aperfeiçoar os métodos de fiscalização, de participação, de governança em nossa Nação.

Essa frente ampla que defendemos, Sr. Presidente, deverá se constituir, no nosso entendimento, em torno de bandeiras aglutinadoras, como a defesa da democracia, da legalidade, do mandato da Presidência, a defesa da Petrobras.

V. Ex^a nos dá muita alegria, porque não havia assinado a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, que foi instalada há uma semana, com muito sucesso, no Congresso Nacional, mas já é parte da Frente em Defesa da Petrobras e conosco participará do desenvolvimento de inúmeras ações. Porque defender a Petrobras, defender a economia, a engenharia nacional não significa ser conivente com a corrupção. Pelo contrário, nós deveremos ser muito, muitíssimo duros no combate à corrupção e exigir a punição daqueles e exigir a punição daqueles que comprovadamente se meteram em corrupção.

Mas isso não significa defender o enfraquecimento da Petrobras, porque defender o enfraquecimento da Petrobras significa defender o enfraquecimento do Brasil como Estado, como Nação que tem mais de duzentos milhões de pessoas a cuidar, a zelar.

Essas são bandeiras importantes, assim como são também importantes a bandeira do combate à corrupção e a bandeira do fim do financiamento empresarial das campanhas, pela retomada do crescimento econômico do País e pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas.

O fim do financiamento empresarial, Sr. Presidente, aliás, não é um assunto que une a todos aqui, mas sei perfeitamente que mesmo alguns Parlamentares que não defendem o fim do financiamento empresarial sabem que as coisas não podem continuar como estão hoje. Não podem! Precisamos mudar, porque o que permite a legislação eleitoral hoje? Tudo e mais um pouco, Sr. Presidente.

É a própria legislação eleitoral do Brasil que diz que as campanhas partidárias, políticas são bancadas com recursos do setor privado. O limite que a lei determina é um limite muito alto: 10% do faturamento de uma empresa. Ora, uma empresa que fatura bilhões tem um limite, que não deixa de ser um limite, Sr. Presidente, mas 10% é muito alto. Isso faz com que, no Brasil, Parlamentares, Senadores, Deputados federais, estaduais, vereadores, prefeitos, governadores, presidentes, todos tenham suas campanhas eleitorais bancadas por empresas. Isso está errado, Sr. Presidente! Isso é um exemplo vivo e concreto daquele velho ditado: quando se coloca a raposa para cuidar do galinheiro. É verdade!

Eu quero dizer que me entristeço muito ao ligar o rádio ou a televisão e ouvir alguns comentários, não de comentaristas políticos, não de estudiosos ou de cientistas políticos, mas comentários de apresentadores de programa de televisão, de telejornais. A cada notícia que dão, ao final, eles se vêem no direito de fazer um comentário. E que comentários são esses? Comentários que vão no seguinte sentido: mas, espere lá; como uma empresa doa para um candidato 20, 30 milhões de reais numa campanha?

Quão bom é esse candidato para essa empresa? O que esse candidato, uma vez eleito, fará a favor dessa empresa? E por que essa mesma empresa não doa essa mesma quantidade para instituições filantrópicas, por exemplo, de apoio a crianças portadoras de câncer, a viciados em drogas, a moradores de rua? Não; 20 milhões para aqueles não, mas para financiar campanhas sim. Aí vem um outro ditado: "É dando que se recebe".

Então, veja, Sr. Presidente, não dá! Se falamos em aperfeiçoar a democracia, nós temos que separar o Poder Público do poder privado e manter, fortalecendo cada vez mais, a independência dos Poderes, sobretudo do Poder Legislativo. E parte dessa independência passa por uma reforma do sistema político eleitoral brasileiro. E, repito, eu sou uma ardorosa defensora da proibição do financiamento privado, de empresas privadas, às campanhas eleitorais.

Aliás, eu abraço, no todo, a proposta da coalizão que é formada por inúmeras entidades, personalidades, mais de cem, duzentas entidades, puxadas pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por entidades juvenis e centrais sindicais, que no bojo da sua proposta de reforma política apresentam o fim do financiamento empresarial de campanha. Eu abraço!

Mas sei, também, que muitos daqueles que acham que esse não é o remédio para sair do problema. Então, que nós nos unamos e encontremos um denominador comum, tendo, é claro, como norte o fato de que é mais importante agirmos naquilo que nos une, orientarmo-nos por aquilo que nos une, do que nos separamos por aquilo que nos desune. Porque, vejam, todos nós sabemos que o sistema tem que mudar. A fórmula, a receita que cada partido, que cada Parlamentar tem para a saída é que difere. Mas, se nos agarrarmos ao fato

primordial e primeiro, que é a necessidade da reforma, aí poderemos caminhar, poderemos dar uma resposta que a Nação brasileira exige. Aliás, essa etapa histórica da nossa democracia exige, e isso é necessário para que não experimentemos retrocessos.

Portanto, a formação da frente ampla, a necessária retomada da iniciativa política das forças democráticas e progressistas exige o protagonismo, também, da Presidenta Dilma e a participação destacada do ex-Presidente Lula.

A esquerda partidária e os movimentos sociais, sem abdicar de sua pauta específica, devem se empenhar nessa tarefa candente. Cabe em especial à Presidenta Dilma, no nosso entendimento, apoiada num núcleo de articulação política plural, condizente com uma coalizão ampla e heterogênea, pactuar uma recomposição que assegure ao Governo a maioria no Congresso Nacional, demanda que implica esforços para agregar os partidos de centro como importante da base aliada.

Sobre o tema da corrupção, a posição que eu já acabei de falar aqui, do meu partido, o PCdoB, sempre foi e é muito clara, Sr. Presidente: o combate à corrupção deve prosseguir, e os corruptos e corruptores devem ser julgados e punidos.

Contudo, alertamos, nós do PCdoB, que há, no âmbito da reforma política já em votação no Congresso Nacional, um movimento do campo político conservador e de outros setores para não só manter o financiamento empresarial – como eu disse, muitos não são a favor do fim do financiamento empresarial –, mas alguns são contra qualquer tipo de mudança nessa parte de financiamento eleitoral. E aí, Sr. Presidente, não dá!

Portanto, eu tenho certeza e convicção absoluta de que o que nós precisamos fazer é reunir a maioria. E a maioria hoje, eu não tenho qualquer dúvida em afirmar, a maioria no Congresso Nacional, aqui no Senado Federal ou ali ao lado, na Câmara dos Deputados, a maioria está movida por boas intenções, movida pela consciência de que de fato é preciso promover essas reformas profundas.

Além disso, Sr. Presidente, nós entendemos que não dá para a reforma política deixar o que é principal de lado e trabalhar no que é secundário; o que é secundário, mas que pode promover uma antirreforma política, que resulte na exclusão ou na redução drástica das minorias nas casas legislativas.

Está aí o exemplo da coligação partidária. Esta Casa aprovou, em primeiro e segundo turno, o fim da coligação partidária. Eu sei, há um entendimento de que o objetivo de quem votou a favor – e a grande maioria do Senado votou a favor, contra o nosso voto do PCdoB, a grande maioria aprovou o fim das coligações partidárias – e o espírito que move essa proposta não é o da busca da exclusão da representação das minorias no poder, não; mas tão somente o de buscar frear essa quantidade absurda, desnecessária de partidos políticos que existem no Brasil.

Aqui está o Senador Capiberibe, meu Líder. Líder do PSB e que compõe... Aliás, quem lidera nosso Bloco é a Senadora Lídice, não é, Senador Capiberibe? Mas o PSB se posicionou a favor do fim das coligações. Agora, ao lado do posicionamento do fim das coligações, defende-se o quê? A possibilidade da criação daquilo que chamamos de coalizão partidária, das federações partidárias, que é a possibilidade de unir partidos que não são idênticos, mas se aproximam no pensamento e nas ideias, a possibilidade de esses partidos formarem uma federação e concorrer às eleições e manterem-se unidos no pós-eleições. É assim que acontece no Uruguai, é assim que acontece no Chile, é assim que acontece em tantos países em que coalizões é que disputam campanhas eleitorais.

Enfim, Sr. Presidente, nós, do PCdoB, aprovamos um documento muito importante, um documento que procura ser o norte de nossas ações políticas, que procura dar o norte para as ações políticas deste momento. É um documento que aponta também saídas para esta crise, repetindo sempre que o centro para a saída da crise deve ser o fortalecimento da democracia, a manutenção dos direitos do povo e dos trabalhadores brasileiros. Já na campanha da Presidenta Dilma, nós dizíamos: "Continuar para avançar nas mudanças." Então, é essa a tarefa a que o povo brasileiro está sendo chamado.

Eu quero dizer que voltarei à tribuna para tratar deste assunto, Sr. Presidente, e vou querer analisar, um pouco mais detalhadamente, a questão do ponto de vista econômico. É preciso que se ponham os pontos nos is. Existe aquele velho ditado que diz que uma mentira, repetida cem vezes, ou seja, uma análise – não precisa ser uma mentira – equivocada, repetida cem vezes, acaba se transformando em verdade.

Querer dizer que é falácia o fato de o Brasil não sofrer uma crise internacional... Não é verdade. Nós estamos sofrendo a consequência disso sim, Sr. Presidente, mas precisamos tomar lições com momentos importantes de nossa história, tomar lições com momentos do presente e entender que o momento é o da busca da unidade, uma unidade ampla, mas que se forme em torno daqueles verdadeiros democratas, daqueles que defendem o Brasil, que defendem o povo. No meu entendimento, isso passa pela defesa de nossas estruturas democráticas, das próprias estruturas do Estado brasileiro, como, por exemplo, a própria defesa da Petrobras.

Então, esse foi um pouco do debate vivido por mim, pelo meu Partido, neste último final de semana, que, repito, está muito disposto a seguir trabalhando ao lado do povo brasileiro, ao lado do Governo, dentro do Parlamento, fora do Parlamento, para que possamos, unidos, superar esta crise e dela transformar o Brasil em um país de grandes oportunidades para nossa gente, porque, afinal de contas, não somos um país plenamente constituído, tampouco uma democracia plenamente constituída; somos um país e uma democracia em construção.

Então, viver momentos difíceis e delicados é natural no processo democrático.

Agora, o ideal é que possamos manter a unidade para superar e avançar, transformando o Brasil numa nação que se preocupa, ainda mais, com o povo e com sua gente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e afirmo que, em cada momento, cada discurso que V. Ex^a pronuncia nesta Casa tem qualificado o debate político e democrático que engrandece este Senado da República.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, a esse outro grande Senador, nosso João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, pouco tempo antes de ser assassinado, Chico Mendes, o patrono do meio ambiente brasileiro, andando pela floresta do Acre, para em frente a uma árvore de copaíba e explica ao meu amigo Elson Martins, que o acompanhava – abro aspas:

Veja isso aqui. Para o que não a conhecem, trata-se de mais uma árvore a ser abatida em benefício da indústria madeireira. Mas, para quem pensa de outro jeito, essa árvore pode oferecer muitos empregos, basta extrair sua seiva sem derrubá-la. Claro! Pense num bálsamo poderoso! Plantas iguais a essa existem às centenas nessas matas, várias certamente terão, um dia, grande importância industrial, médica ou nutricional, só precisamos estudá-las. É por isso que luto para não permitir a destruição da floresta, sem que se saiba o tamanho da riqueza que nela existe.

Fecho aspas.

Esse foi o comentário de Chico Mendes ao meu amigo Elson Martins, jornalista acreano.

Esse alerta de Chico Mendes tornou-se um norte para este amazonense, que viu na sustentabilidade e na biodiversidade uma saída para transformar o jovem Estado do Amapá.

No final de 1992, concluí o mandato de Prefeito de Macapá.

Durante dois anos, preguei pelo Amapá a importância da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Pelos rincões do Amapá, falava que a política, a economia e a ecologia deveriam caminhar obrigatoriamente juntas.

Didaticamente, ensinava que o ambiente podia e devia ser aproveitado em benefício das populações que nele habitam, mas tendo o cuidado necessário para não causar os estragos irreparáveis do modelo vigente de produção e consumo capitalista.

Foi então que, juntando o legado de Chico Mendes, a Carta da Terra, a Agenda 21 e os documentos resultantes da ECO 92, foi formado um grupo de reflexão que reuniu os ingredientes para pensar um programa de governo baseado na biodiversidade e na sustentabilidade.

Assim nasceu o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, com ênfase na biodiversidade.

Em paralelo, continuamos a nossa caminhada.

Lembro que, em visita aos ribeirinhos do Rio Iratapuru, que sobreviviam do extrativismo da castanha, conheci um menino e disse-lhe que sua vida iria melhorar no futuro, pois iríamos libertar o seu pai da tutela do barracão, onde ele e os outros castanheiros trocavam 100 litros de castanha por uma lata de leite em pó de 454 gramas.

A ousadia do PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá) venceu a política patrimonialista.

Em 1º de janeiro de 1995, tomei posse como Governador do Amapá.

Como Governador, voltei ao Iratapuru para reafirmar a promessa de transformação da vida daqueles extrativistas. O menino estava lá, atento às falas.

Em 10 de dezembro de 1997, sancionei a Lei nº 388, de autoria da Deputada Estadual Janete Capiberibe, dispondo sobre os instrumentos de controle e acesso à biodiversidade do Estado do Amapá.

Tive a honra de apor minha assinatura na primeira lei de biodiversidade do País, considerada como um verdadeiro marco na história da defesa ambiental, pois até a data da sanção inexistia uma lei similar no Brasil.

Em seguida, com 806.184 hectares, foi criada, por meio da Lei Estadual nº 392, de 11 de dezembro de 1997, um dia após a sanção da Lei da Biodiversidade, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

A reserva se situa nos Municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari. Ela promove a conservação e o uso sustentável da rica biodiversidade de que é guardiã. A reserva possui como limites a Terra Indígena Waiãpi, ao Norte; o curso do Rio Jari, a Oeste, e parte da Estação Ecológica do Jari, ao Sul.

A próxima etapa e a mais difícil era regulamentar a Lei nº 388/97, um árduo trabalho, que durou um ano e meio.

Finalmente, em 25 de junho de 1999, assinei o Decreto 1.624/99, regulamentando a Lei nº 388/97, dispondo sobre os instrumentos de controle e acesso à biodiversidade do Estado do Amapá.

A castanha da Amazônia, Castanha do Brasil, por exemplo, um produto não madeireiro da floresta, ganhou uma política pública específica.

Organizados em cooperativas, com assistência técnica e crédito, os castanheiros passaram a industrializar e comercializar sua produção, colocando no mercado produtos de maior valor agregado, como a castanha e a amêndoas secas embaladas a vácuo, o azeite fino de mesa, a farinha e o biscoito de castanha.

O mesmo aconteceu com o açaí, que há 20 anos era absolutamente desconhecido do resto do País. Em vez da exploração predatória do palmito, o que estava destruindo os açaizais, o Governo estimulou a pesquisa, o manejo e a comercialização da polpa, que passou a ser exportada para todo o Brasil e para o exterior. Hoje, o açaí é o segundo item na pauta de exportação do Amapá, e nós fomos o primeiro Estado a financiar o manejo do açaizal.

No caso da castanha, a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru, que têm na coleta e processamento da castanha sua principal atividade econômica, iniciou, em 2000, um relacionamento comercial com a Natura. As castanhas que abastecem a linha da empresa Natura denominada Ekos, voltada à sustentabilidade e carro-chefe da empresa de cosméticos, são colhidas nos castanhais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

Em 22 de julho de 2004, formalizou-se o primeiro contrato de acesso de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios, tendo como contratantes a empresa Natura e a cooperativa de castanheiros do Rio Iratapuru, para obtenção de autorização de acesso ao patrimônio genético do Estado, a saber, *Protium pallidum*, também conhecido como breu-branco, para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico.

Pelo contrato, a Comaru, a cooperativa dos castanheiros do Iratapuru, recebe 0,5% da receita líquida aferida pelas vendas dos produtos que contenham a resina do breu-branco, pelo período em que ocorreu seu fornecimento pela comunidade.

Hoje, o presidente da cooperativa é aquele menino a quem prometi um futuro melhor. Aliás, Eudimar Viana, o menino em tela, foi um dos que assinaram o contrato com a Natura.

Para nós, partidários e defensores da ideia do desenvolvimento aliado à sustentabilidade, é fundamental provar que, mesmo neste mundo globalizado, é possível se alcançar o desenvolvimento econômico que também garanta a equidade social, a preservação ambiental, a descentralização política, a participação popular e o respeito às diferenças étnicas e culturais.

Essa narrativa que fiz até aqui é a de um militante político e a de um gestor público que respeita a sustentabilidade, a biodiversidade e, sobretudo, o convívio com as diferenças, o que é essencial à democracia, e, por conta disso, tem o dever de alertar o Senado para a tramitação do PLC 2, de 2015, conhecido como Marco Regulatório da Biodiversidade, pela Câmara.

Esse PLC veio da Câmara dos Deputados com inúmeros equívocos graves, que colocavam o Brasil na iminência de um forte retrocesso na área ambiental, em relação às regras e aos mecanismos de acesso ao conhecimento tradicional, associado ao Patrimônio Genético Nacional.

Caso aquele texto original do PLC 2 prosperasse no Senado, o patrimônio e o conhecimento estariam sendo profundamente ameaçados pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional.

Aliás, a gente precisa esclarecer que o poder não está concentrado no Presidente da República. O poder, no Brasil, é um misto de presidencialismo e parlamentarismo. O Congresso tem um enorme poder no Brasil. Tem tanto poder, Sr. Presidente, que atrasa a aprovação do Orçamento, e sem Orçamento não se faz política. O Orçamento é a peça essencial da política, e o Congresso só aprovou o Orçamento agora, no mês de março, em meados de março, quase três meses depois do início do ano fiscal. Então, o Congresso divide o poder com a Presidência da República.

Felizmente, as entidades de movimentos sociais e ambientalistas, comunidades tradicionais, povos indígenas e instituições de pesquisa perceberam o risco a que o projeto submetia o Brasil e fizeram uma série de considerações ao Relator da matéria, o eminentíssimo Senador Jorge Viana, que acatou várias mudanças sugeridas.

Extremamente habilidoso, o Senador Jorge Viana conversou com todos, dos indígenas até os grandes empresários, para chegar a um relatório de consenso, que foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente.

Eu também recebi diversas lideranças que me solicitaram apresentar um substitutivo ao PLC nº 2, incorporando suas mudanças. Dessa forma, apresentei o PLS nº 29, que teve alguns pontos incorporados pelo Relator Jorge Viana. Nossa missão agora é acompanhar a votação da matéria, no plenário do Senado, para que não haja retrocessos em relação ao texto aprovado na Comissão de Meio Ambiente. Tudo indica que vamos votar, amanhã, o Marco da Biodiversidade, e eu peço aos meus pares, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que aprovemos o relatório do Senador Jorge Viana tal qual foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente.

Depois de amanhã, promoveremos aqui, no Senado, no Interlegis, um seminário sobre o Marco Legal da Biodiversidade, reunindo todos os atores sociais envolvidos no tema – Poder Público, sociedade e setor privado –, buscando a consolidação de uma boa legislação sobre esse tema fundamental para o desenvolvimento da ciência, da pesquisa e também da indústria, da produção de inúmeros produtos de consumo originários da biodiversidade brasileira. O Brasil não pode abrir mão de sua principal vantagem comparativa no mundo, que é a sua biodiversidade e o conhecimento sobre ela, exatamente o que temos pouco.

Enfim, tenho uma vida em defesa da biodiversidade e do que é correto, na Amazônia e no Brasil, e continuarei dedicando essa história ao atendimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais e ao desenvolvimento da pesquisa científica aplicada, usando a biodiversidade com responsabilidade e repartindo, obrigatoriamente, os benefícios gerados pelo acesso aos recursos genéticos associados ao conhecimento tradicional.

Acredito que o PLC nº 2, ao incorporar muitas das mudanças reivindicadas pelas comunidades – sem prejudicar a pesquisa e a indústria – muitas delas apresentadas por mim no PLS nº 29, que apresentei a pedido de organizações da sociedade civil, pode contribuir bastante para o bem do Brasil e para a solução dos principais problemas desta matéria. Tenho certeza de que o bom senso prevalecerá.

Nós estamos colocando a nossa experiência pioneira na construção de uma sociedade sustentável, a serviço e em apoio desse relatório do Senador Jorge Viana.

E por último, Sr. Presidente, amanhã nós teremos uma audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, chamada “ Ditadura Jamais”, onde nós vamos debater os 51 anos da passagem da ditadura civil militar de 1964. E convidamos para essa audiência pública o professor e escritor Cid Benjamin; Dulce Pandolfi; Domingos Leonelli, ex-Deputado Federal constituinte; Deputado Chico Alencar; jornalista Luiz Cláudio Cunha; e a Deputada Federal Janete Capiberibe.

No dia 1º de abril, nós vamos realizar o seminário Marco Legal sobre a Biodiversidade, lá no Interlegis. Amanhã começa às 9h lá na Comissão de Direitos Humanos. E, no dia 1º, o seminário vai das 9h até as 16h, e eu quero convidar os Srs. e Sras. Senadores para participar dos dois eventos: “Ditadura Jamais”, na Comissão de Direitos Humanos, amanhã, e, também, a discussão sobre o marco legal da biodiversidade, em que nós vamos debater, mais profundamente, com uma diversidade de atores, toda a questão envolvendo esse projeto de lei que nós devemos aprovar, ainda amanhã aqui, no plenário do Senado, para voltar para a Câmara.

Espero que a Câmara acate as mudanças propostas pelo Relator e pelo Senado da República.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Exª, ao tempo em que, pela ordem de inscrição, convido o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para assumir aqui a tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu vou falar sobre violência no trânsito, tema que hoje, pela manhã, foi desenvolvido por 14 painelistas na Comissão de Direitos Humanos, que eu tive a honra de presidir. Mostraram a gravidade dos acidentes de trânsito no nosso País. Por isso, venho à tribuna falar sobre um assunto que preocupa todos nós. É preciso que se tenha atenção redobrada. Vamos discutir, com toda a população brasileira, com a sociedade organizada, a questão da violência no trânsito.

Recentemente, aprovamos aqui, no Congresso Nacional – e a Presidente Dilma sancionou – lei que criminaliza o feminicídio. Agora é hora de direcionarmos a nossa atenção ao combate do genocídio de homens, em sua maioria jovens, que acontece diurnamente nas vias brasileiras.

Recente pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que, no Brasil, o feminicídio, que é algo escandaloso e profundamente lamentável, que nos envergonha, inclusive no cenário internacional, mata quase seis mil mulheres por ano. E faço uma relação. No caso da violência no trânsito, o número de mortos é quase oito vezes maior. Os dois são de gravidade semelhante: a covardia contra as mulheres e a irresponsabilidade que mata milhares no trânsito.

Sr. Presidente, mais de 40 mil brasileiros perdem a vida anualmente em acidentes de trânsito. Há quem diga que a cada uma hora seis brasileiros morrem no trânsito, chegando a aproximadamente quase um Boeing,

como foi o caso, infelizmente, que aconteceu quando o piloto dirigiu o avião para explodir na montanha, matando em torno de 150 pessoas.

Dessas 40 mil vidas ceifadas, anualmente, em acidentes de trânsito, mais de 15 mil correspondem a mortes de motociclistas. Muitos dos acidentes no trânsito ocorrem por imprudência, negligência, imperícia dos motoristas ou por eles estarem bêbados. Isso é fato.

Sr. Presidente, nosso papel é discutir, ver, aprimorar a regulamentação e investir ainda mais em educação e fiscalização.

Confesso que me assustei – fugindo, inclusive, do tema principal – com o caso da Receita, meu Deus do céu, Sr. Presidente! Depois, não sabem por que a população está cada vez mais insegura. Não estou aqui condenando todos os fiscais da Receita, mas inúmeros fiscais se envolveram num desvio de 19 bilhões – me falam isso –, aquele que tem que arrecadar, aquele que tem que fiscalizar. Enquanto as Medidas Provisórias nºs 664 e 665 querem arrecadar 12 bilhões, tirando direitos básicos dos trabalhadores, grandes grupos econômicos, em falcatura montada com alguns fiscais, se apropriaram de 19 bilhões.

Essas coisas, Sr. Presidente, me revoltam e fazem com que eu venha à tribuna e questione, levante algumas preocupações, Senador Guimarães, Senador Bezerra, porque não dá para aceitar esse tipo de coisa. É como eu digo: não dá para mexer – digo num andar, mas é no subsolo – só no porão, onde está o povo mais humilde, mais simples.

Tenho que me preocupar, Senador Bezerra, de não ficar acusando este ou aquele, porque, como já falei com V. Ex^a, qualquer um pode abrir um processo contra alguém, mas tem que comprovar que é culpado mesmo. E, nesse caso da Receita, está ali. Eles não estão acusando Pedro ou Paulo ou João. Estão dizendo que houve um desvio de 19 bilhões. Então, temos que aumentar essa fiscalização, para não permitir que isso aconteça.

No caso do trânsito, os especialistas que estiveram comigo na Comissão, hoje pela manhã, também falam que passa por mais investimento em educação e em fiscalização e o fortalecimento, inclusive, da Polícia Rodoviária Federal, que tem o papel, nas estradas, de fiscalizar, combater e até prender os motoristas que, de forma irresponsável, estejam, por exemplo, dirigindo bêbados, ou de posse ou terem ingerido o que chamo de drogas lícitas e ilícitas.

Contudo, Sr. Presidente, seria leviano atribuir a culpa dos acidentes apenas aos motoristas. Não podemos isentar a falta de estrutura, que colabora, infelizmente, para que os acidentes aconteçam no nosso País. Basta pesquisar rapidamente na própria internet, e encontramos vídeos e mais vídeos de carros inteiros sendo engolidos, muitas vezes, por buracos no meio das ruas. Responsabilidade do prefeito, do governador e, em muitos casos, do Governo Federal.

Vias mal projetadas, projetos mal executados, inclusive com dinheiro desviado, material de má qualidade e pessoal pouco qualificado são situações corriqueiras nas obras realizadas, infelizmente, no nosso País. Eu já cansei de andar por aí, ando muito de carro. Recentemente, fui ao Paraná e vou a outro Estado, naturalmente, de avião – não é porque aconteceu o acidente. Olha, é uma BR nova, mas dali a um ano ou dois, está cheia de buracos, e cobraram como se tivesse sido feita ali uma estrutura que duraria décadas, e não dura, muitas vezes, um ano.

Enfim, gostaria aqui de destacar o bom trabalho que a Agência de Comunicação do Senado Federal vem fazendo no que tange ao esclarecimento da população nos temas mais importantes da conjuntura brasileira. As publicações divulgadas na internet são muito boas e são de muita qualidade, eu diria, recomendável.

No que concerne ao tema – eu quero voltar – a violência no trânsito, gostaria de destacar publicação de novembro de 2012 da revista *Em Discussão!*, produção aqui do Senado. Nessa publicação, foi discutido o fato de o desempenho da economia brasileira, a partir da década passada, ter permitido o acesso da população a bens e serviços que antes não podia alcançar. E isso é positivo. A renda média subiu, a desigualdade diminuiu, e, como resultado, cresceu o consumo, por exemplo, de eletrodomésticos, veículos, planos de saúde, passagens aéreas. E tudo isso implica geração de emprego. Estamos falando de 2012.

Claro que, agora, o quadro nos preocupa, e a história é outra. Mas eu falei da parte boa história. A outra é que o acesso de grandes contingentes ao mercado consumidor revelou que, em muitos setores, ainda estamos tendo adaptações para receber aquela demanda. Hoje, o quadro é totalmente negativo se olharmos 2012.

Sr. Presidente, é verdade que o Governo tem tentado acertar o passo. Agora, minha discordância vai, principalmente, nessas MPs ora apresentadas. Por isso, Senador Bezerra, eu tenho discutido com V. Ex^a, e V. Ex^a, permita que eu diga, apresentará um destaque a uma proposta nossa que visa fazer com que o fator previdenciário seja discutido também nessas MPs, porque quem pega o fator são só os mais pobres, rico não pega fator previdenciário.

Sr. Presidente, quero aqui levantar que a ONU, no lançamento da Década Mundial de Ações pela Segurança Viária 2011-2020, reiterou que a palavra acidente não é a melhor para definir acontecimentos no trânsito

que fazem milhões de mortos e feridos no mundo. Esses eventos são, por essa visão, episódios de violência, já que o acidente em si é algo imprevisto e inevitável.

O especialista em trânsito – esse é o conceito dele – Eduardo Biavati esclarece que “a maioria das ocorrências decorre de causas bem previsíveis” – quer dizer, não é um acidente. “O trânsito nos coloca o tempo todo em contato com outras pessoas à nossa volta, e isso não precisa ser um conflito permanente.”

Peço, então, aos prefeitos, aos governadores, à União, mais criatividade e mais esforços para combater esse verdadeiro genocídio. Duplicação e melhoria de vias deve ser uma prioridade, mas não é só isso, Sr. Presidente. É preciso reeducação no trânsito, é preciso não ficarmos somente a depender dos veículos sobre rodas. Temos que voltar a investir no sistema, por exemplo, ferroviário, nos metrôs, buscando alternativas; fortalecer o uso da bicicleta com estrutura, ou seja, com faixas específicas para aqueles que andam de bicicleta. É preciso as motofaixas, também fundamental para aqueles que andam de moto. A maioria dos serviços nas grandes cidades é feita por meio de motocicletas. Elas são mais rápidas, menores, mais econômicas, menos poluentes, ocupam menos espaço, mas é o que causa mais mortes às pessoas, porque não há estrutura para que a bicicleta e a motocicleta sejam respeitadas nas vias. Seria uma ótima opção, se não fosse o risco enorme que representa para a vida de quem as conduz, tanto a moto como a bicicleta.

Ainda hoje, pela manhã, eu dizia que nós podíamos diminuir o IPI sobre a bicicleta, como diminuímos para os carros, assim como fazer com que o seguro da moto não seja tão alto, desde que se dê condições de as motos andarem com segurança – as motocicletas, no caso –, e também as bicicletas.

Eu gostaria também de interceder junto ao nosso povo, especialmente aos jovens, para quem a vida parece eterna. Quero lembrar a eles os riscos que existem.

Jovens, muito cuidado na condução de suas motocicletas. Usem a buzina, capacete, roupa de proteção. Porque há motoristas desatentos e muitos que não respeitam motocicleta, que podem, de uma hora para outra, dar aquela famosa fechada – não olham para a esquerda, e não veem que ali está passando uma moto. É preciso mais cuidado dos motoristas de carro e também, claro, de quem está na condução da motocicleta.

Jovens, se beberem, não dirigam e não peguem carona com quem bebeu. Todos podem ser vítimas de um motorista alcoolizado: crianças, pedestres, motociclistas, motoristas ou alguém numa bicicleta ou mesmo a pé, como aqui eu dizia.

Jovens, usem sempre cinto de segurança, mesmo se estiverem no banco traseiro. O uso do cinto reduz o risco de lesões severas ou mortes. Usem também as cadeirinhas infantis. O uso da cadeirinha infantil pode reduzir 70% dos óbitos em crianças e 80% em bebês.

Jovens, não usem o telefone celular ao dirigir – jovens, adultos e idosos também. Utilizar o telefone celular ao conduzir distrai o motorista e aumenta em quatro vezes o risco de colisão ou atropelamento.

Por fim, dirijam mais devagar. Cada redução de cinco quilômetros na velocidade média representa a diminuição de 30% nos traumas fatais.

Enfim, Sr. Presidente, o trânsito se tornou um ambiente hostil e extremamente estressante. Cada vez mais me parece real aquela famosa cena de um filme que vi, o filme Um Dia de Fúria – não sei se V. Ex^a viu também –, em que o personagem de Michael Douglas sai do carro e perde totalmente o controle. Vi recentemente um filme argentino também, Sr. Presidente, em que dois motoristas seguem dirigindo xingando um ao outro no caminho.

Eles se xingaram tanto, tanto que foram mais de uma hora dirigindo, com encontros e desencontros, um batendo no carro do outro. Resultado do filme: um carro explode e os dois morrem. Quem tinha razão? Não sei. Só sei que os dois morreram. Na verdade, ali ninguém tinha razão. Nenhum dos dois tinha razão. Cabe lembrar que a gota d'água que desencadeou todo o processo de fúria nesses personagens foi uma provocação, a de um chamar o outro de “santo” – entre aspas – e o outro chamar o outro de “vagabundo” – entre aspas. Foi muito pior do que eu estou dizendo aqui.

Portanto, Sr. Presidente, faço este apelo, digamos, bem fraternal, bem solidário, para que a gente busque soluções para diminuirmos essa matança diária de pessoas no trânsito. Morre mais gente no trânsito no Brasil do que se pegarmos as últimas guerras nos países árabes.

Peço que tenhamos uma atenção especial com os motociclistas e ciclistas, que são os mais afetados com a queda de qualidade do trânsito nos últimos anos.

Por fim, Sr. Presidente, insisto mais uma vez na urgência de uma campanha cada vez mais forte de reeducação no trânsito, contra a violência no trânsito. Tenho muita esperança de que todos nós participemos ativamente dessa campanha, para evitar o que vem acontecendo.

Eu fiquei muito sensibilizado – eu já terminei – com a audiência pública de hoje pela manhã. Todos lá falaram: representantes de ONGs de motos, de bicicletas, de taxistas; representantes do DF, do Ministério das Cidades, do Ministério dos Transportes. Todos disseram que, se nada for feito, nós continuaremos sendo um

dos países do mundo em que mais morre gente no trânsito, principalmente jovens. Estamos permitindo – a palavra usada foi essa – que haja um genocídio da nossa juventude.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito a V. Ex^a e quero dizer que, como estou com um probleminha na coluna, eu vou ter que ir agora ao Sarah Kubitschek. Mas não foi acidente de trânsito. Foi por causa do peso mesmo, porque tenho que emagrecer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo oportuno pronunciamento em que reivindica investimento na educação no trânsito no sentido de a gente coibir esta situação que já beira a calamidade pública, que são os crescentes custos do SUS com acidentes de trânsito não só nas estradas brasileiras, mas sobretudo nas cidades brasileiras, envolvendo, como V. Ex^a destacou, motocicletas e bicicletas.

Portanto, parebenizo V. Ex^a pela oportunidade.

E quero dizer que não terei o prestígio de ter aqui sua audiência, mas hoje vou usar a tribuna desta Casa para manifestar a posição do meu partido, o PSB, no sentido de defender, durante as votações das medidas provisórias para o ajuste fiscal, a rediscussão sobre a extinção do fator previdenciário.

Muito obrigado

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu que agradeço, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Tenho o prazer de convidar à tribuna o Senador pelo Estado do Piauí, o meu amigo ilustre Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes do meu pronunciamento, eu queria fazer um registro. E o faço me dirigindo aos jovens do Piauí e do meu Brasil.

O meu pronunciamento, Sr. Presidente, será sobre a criação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba. Creio que V. Ex^a já tem, lá no grande Rio São Francisco, o Velho Chico, criado o Comitê de Bacia para aquela grande região hidrográfica.

Mas o registro que eu queria fazer é que o Piauí, semana passada, recebeu a notícia de que Pedro Felipe de Oliveira Santos, jovem piauiense, filho da terra, aos 27 anos de idade, fora aprovado naquele que é considerado o melhor mestrado em Direito no mundo – vejam: um jovem com 27 anos; aliás, também juiz federal –, na Universidade de Harvard.

Participou de uma seleção de âmbito mundial que contou com a participação de dois mil candidatos. Foram 170 aprovados oriundos de 70 países. O Brasil conta com apenas dois aprovados, entre eles esse jovem piauiense a que me refiro neste instante.

A história de Pedro Felipe merece registro nesta Casa, não apenas por este fato, o que já representaria muito, mas, sobretudo, pelo seu exemplo de vida. Aos 25 anos de idade, conquistou outro grande feito ao ser aprovado em primeiro lugar no difícil concurso de Juiz Federal da 1^a Região, tornando-se o juiz federal mais jovem do Brasil à época.

O seu discurso de posse no cargo de juiz federal conta com mais de 123 mil visualizações no YouTube, transmitindo esperança e estímulo, principalmente aos jovens, e dando incentivo através do bom exemplo.

Pedro Felipe, exemplo de dedicação aos estudos, viveu toda sua infância na capital do Piauí, Teresina, e sempre estudou – ressalto aqui – no Instituto Dom Barreto, uma grande e excelente instituição de ensino, sobretudo, de ensino fundamental e ensino médio no Estado do Piauí, eleito, aliás, esse estabelecimento, em 2006, a melhor escola do País pelo Enem, que, no último ano, figurou em sexto lugar.

Em 2009, esse jovem, Pedro Felipe, formou-se em Direito pela Universidade de Brasília, sendo laureado o melhor aluno da classe.

Mesmo antes de ser juiz federal, Pedro Felipe foi servidor do Tribunal Regional Federal da 1^a Região, no ano de 2009; do Ministério Público da União, no ano de 2010; e defensor público da União, no período de 2010 a 2013.

Por isso, Sr. Presidente, esse registro de exemplo de perseverança, planejamento e dedicação aos estudos, motivo de orgulho para o Piauí e para o Brasil. Era esse o registro que eu queria fazer com muita alegria neste instante.

Entretanto, nosso pronunciamento diz respeito, como eu disse anteriormente, à criação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba.

O Brasil contém em seu território, Sr. Presidente, como é de seu conhecimento, cerca de 12% de toda a água doce do mundo.

Essa riqueza representa um grande trunfo para o nosso desenvolvimento socioeconômico, constituindo também uma grande responsabilidade preservá-la e administrá-la corretamente, em benefício das atuais e futuras gerações de brasileiros. Essa gestão, contudo, não é uma tarefa trivial. Em primeiro lugar, porque todo esse enorme volume de água distribui-se pelo espaço geográfico de forma bastante irregular e, em segundo, porque são múltiplos os interesses que o disputam, da mesma forma que múltiplos também são os órgãos e as entidades técnicas que sobre ele podem decidir, em algum grau ou em outra instância.

Gerir uma bacia hidrográfica implica responder, de modo consequente e integrado, a variadas e difíceis questões. Que quantidade de água é necessária para a manutenção do ecossistema que a incorpora? Quanto do excedente de água pode ser alocado à geração de energia, à indústria, à irrigação e ao consumo humano? Quais são os limites de tolerância em relação aos afluentes dos esgotos que drenam para essa bacia, para esse rio? Que planos, programas, projetos e ações terão que ser priorizados e desenvolvidos, para contemplar as necessidades e os usos regularmente reconhecidos?

E tudo isso, Sr. Presidente, deve ser estabelecido em relação a todas as doze grandes regiões hidrográficas do Brasil, do nosso território, cada uma delas contendo determinado número de bacias hidrográficas, sendo bacia, no caso, o conceito mais utilizado como unidade básica para a gestão de nossas fontes hídricas. Já do ponto de vista institucional, um diversificado conjunto de órgãos está encarregado desse gerenciamento, haja vista a complexidade do seu objeto, decorrente de aspectos federativos, legais, técnico-regulatórios e cooperativos. E entidades as mais variadas intervêm nesse contexto, quer privadas, quer do terceiro setor, a exemplo das empresas de saneamento básico e das empresas do ramo de navegação, dos sindicatos de pescadores e das entidades ambientalistas, entre outras.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje para falar sobre uma região hidrográfica específica, a do nosso Rio Parnaíba, cuja extensão abrange quase totalmente o Estado do Piauí, a entidade federativa que represento nesta Casa, além de contemplar parcelas menores, mas significativas, do território dos vizinhos Estados do Maranhão e Ceará.

A Bacia Hidrográfica do Parnaíba, Sr. Presidente, possui uma área de quase 326 mil quilômetros quadrados, sendo o Parnaíba seu principal rio, com extensão de cerca de 1,4km, da nascente à foz, em que está o Delta do Parnaíba, tão decantado nesta Casa pelo nosso ex-Governador e Senador Mão Santa. Ela compreende um total de 280 Municípios, sendo 223 no Piauí, ou seja, todo o Estado, com exceção do Município de Cajueiro da Praia; e 38 no Maranhão e 19 no vizinho Estado do Ceará. Nessa bacia hidrográfica, lá vivem cerca de 4,5 milhões pessoas, cercadas de um conjunto de correntezas e de mananciais, considerado estratégico para o Nordeste, em vista de sua grande extensão e da significativa disponibilidade de água.

Neste momento, está sendo ultimada a constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. Esse órgão colegiado, integrado pelo Poder Público e por representações da sociedade civil e de empresas usuárias de água, tem por finalidade concretizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos sob seus cuidados, protegendo os mananciais e contribuindo para a implantação de um processo de desenvolvimento equilibrado e sustentável. E a principal competência legal do Comitê – V. Ex^a, ex-Ministro da Integração e uma das grandes lideranças do Vale do São Francisco, é convededor profundo e sabe da importância de um comitê de bacia – é a aprovação do Plano de Recursos Hídricos dessa bacia, instrumento por excelência da aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos às peculiaridades locais.

Esse Comitê gestor funciona como instrumento geral de orientação quanto ao uso das águas e é formulado por meio de bases técnicas que levam em conta fatores, tais como a disponibilidade, as demandas, as repercussões das políticas públicas sobre o setor hídrico, não só regional, como local; a prospecção para novos usos, no futuro; e as restrições relativas à utilização dos recursos, no presente. E a participação de múltiplos setores públicos e privados, no âmbito do comitê, permite, em virtude de sua natureza deliberativa, um nível de integração e de resolutividade até então inédito na história da gestão dos recursos de natureza comum, em nosso País. Trata-se, por isso, de um verdadeiro laboratório gerencial, cujos frutos – estou confiante – poderão fornecer um paradigma muito importante para os setores das mesmas características.

Alguns passos, é bom que se registre, já foram dados para a institucionalização do Comitê da Bacia do Rio Parnaíba. Foi criada, por exemplo, a Comissão Interinstitucional Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com o objetivo de articular entre si as subcomissões dos Estados do Piauí, do Maranhão e do Ceará. Essa Comissão é coordenada por um representante da rede ambiental do Piauí e secretariada pela Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a nossa Codevasf. E ela já concluiu o diagnóstico da bacia e aprovou preliminarmente o documento intitulado Proposta de Instituição, que será submetido ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Essa proposta encontra-se, atualmente, em fase de subscrição, com o objetivo de alcançar o quantitativo mínimo de adesões exigido pela Resolução nº 5, de 2000, do Conselho Nacional, em termos de número de prefeituras e de entidades da sociedade civil ligadas ao setor hídrico. Alcançado esse objetivo e aprovada a proposta pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ela seguirá para formalização, que se dá por meio de decreto da Presidência da República. E encontra-se também em fase de finalização o Pacto de Gestão entre a União, representada pela Agência Nacional de Águas, e os Estados do Piauí, do Ceará e do Maranhão, acordo que dará um ritmo mais coordenado e veloz à ação do Comitê da Bacia do Parnaíba, uma vez constituído.

Como todos podem facilmente concluir, é preciso que todos esses passos sejam encaminhados com qualidade e brevidade. A competição pelo uso da água, a sua distribuição desigual e o seu uso inadequado têm gerado conflitos e ameaçado a disponibilidade e a sustentabilidade desse recurso, tão precioso quanto escasso. Estabelecer um arranjo institucional que permita a conciliação dos interesses e a construção coletiva das soluções constitui-se, portanto, numa necessidade óbvia e urgente, urgentíssima.

Conclamo, portanto, Sr. Presidente, todas as entidades envolvidas com o setor hídrico, na área do Parnaíba – sejam públicas, sejam privadas, sejam do terceiro setor –, para que ultimem sua adesão à proposta de criação do Comitê da Bacia. Esse é um ponto crítico para desembaraçar o processo que leva à institucionalização do setor em nossa região. E, para tanto, o melhor caminho é através da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, instituição tão conhecida por V. Ex^a, que tem contribuído, sobremaneira, para o seu fortalecimento e engrandecimento.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, era isso que tínhamos a dizer na tarde de hoje, nesta segunda-feira da Semana Santa, que se inicia.

Um abraço!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu queria parabenizar o Senador Elmano Férrer pelo pronunciamento quando traz notícia muito alvissareira, que são os passos dados para a constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que, sem nenhuma dúvida, é um instrumento importantíssimo para que possamos traçar um planejamento estratégico dos investimentos necessários no sentido de que possamos regular bem o uso da água, que é tão preciosa e demandado no Piauí, no Ceará, no Maranhão e que vem em boa hora. O Brasil está enfrentando uma crise hídrica de grande dimensão, no Sudeste, no Nordeste e em outros pontos do nosso território. Portanto, o Comitê da Bacia do Rio Parnaíba é um passo valioso para que possamos ambicionar um planejamento estratégico mais determinado no sentido de prover as infraestruturas necessárias, de dotar o País, com a água que é necessária para impulsionar o seu desenvolvimento.

Parabenizo, portanto, o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – E convido para a tribuna o representante do Estado do Mato Grosso, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado, que nos acompanham pelas redes sociais e amigos que nos acompanham nesta Casa, eu ouvi, agora há pouco, o discurso da Senadora Vanessa e tenho ouvido atentamente o discurso da base do Governo, falando sobre o cenário recente e, também, colocando como se fosse da responsabilidade da oposição tudo que está acontecendo nas ruas e todo esse descontentamento com a Presidente Dilma.

Sr. Presidente, eu não faço parte do time O Quanto Pior, Melhor. Também não faço parte do time que só vê nos adversários defeitos. Eu vejo que tivemos avanços e, aliás, todos os governos têm seus erros e têm seus acertos, e capitalizam com os acertos, têm desgastes com os erros.

Mas é muito importante para a democracia que cada um assuma os seus erros, e eu vejo, neste momento, que se tenta jogar para a oposição a tese de golpe, com a qual não posso compactuar. Golpe pressupõe a retirada de um presidente à força, a fórceps. E não é isso que vejo que está acontecendo.

Na verdade, temos um governo que teve avanços. E, quando falo desse governo, refiro-me aos quase 16 anos que já se vão. Houve avanços: ele teve avanços nas áreas sociais, teve o mérito de manter a estabilidade econômica, teve o mérito de avançar nos programas sociais, teve a grandeza de copiar bons projetos. Isso tem que ser colocado nos seus devidos lugares.

Agora ele também teve erros. E creio que o maior erro do Governo tenha sido colocar o departamento de *marketing* primeiro que o departamento técnico. A cada projeto, a impressão que se tem é que, primeiro, se pensou no nome do projeto, antes de se pensar na elaboração do projeto em si, de forma que, com o passar do tempo, as expectativas foram sendo frustradas, até porque a consecução de projetos demanda tempo.

Nós tivemos o trem-bala. Falou-se tanto nesse trem-bala, na sua modernidade, e depois ele acabou não acontecendo.

Falou-se na questão energética, aí tivemos a questão da conta de luz. Fez-se aquela propaganda toda, mexeu-se no setor elétrico, mexeu-se nos contratos, e isso também tem consequência, porque nós trabalhamos com contratos, trabalhamos com confiança, e isso nos traz problemas.

Depois, foi o pré-sal, Sr. Presidente. Lembro-me de que o pré-sal foi cantado em verso e prosa; parecia que era o eldorado e que teríamos 40 empresas participando desse leilão e que ia ser uma maravilha. O que aconteceu? O leilão acabou tendo uma empresa só participando, e aqueles ganhos que se falava que íamos ter não foram tantos assim. O leilão acabou acontecendo, e a empresa arrematou pelo preço mínimo – se não me engano, 40% do valor que se tinha anunciado.

Depois, tivemos a gasolina: manteve-se a gasolina a fórceps ali, a preços artificiais, e agora estamos pagando, também, a conta.

A Petrobras foi protagonista no período eleitoral de uma das campanhas: "A Petrobras é nossa, temos que preservar a empresa." E hoje, sem força nenhuma, sem ajuda nenhuma da oposição, a imprensa divulga que a Petrobras perdeu 60% do seu valor.

E as coisas continuaram. Estou citando aqui o que aconteceu, essa linha do tempo, para podermos refletir se está ocorrendo um golpe por parte da oposição ou não.

Agora ficamos sabendo – ficamos sabendo, não; isso já se sabia antes – que a contabilidade teria sido bastante criativa. Ou seja, houve uma maquiagem mesmo dos números para alcançarmos o chamado superávit. Aliado a isso nós tivemos um baixo crescimento nos últimos dois anos.

Então, o que ocorre? A pergunta que fica é: em que momento a oposição contribuiu para esse descontentamento que está nas ruas? E aqui não estou a falar mal do Governo; estamos fazendo uma constatação. Tudo que citei aqui aconteceu, a imprensa divulgou, o Governo discutiu, mas eu não consigo ver onde está o dedo da oposição. Essa é a reflexão que temos que ter.

E eu digo isso porque, neste momento, o Governo conclama a um pacto pelo País, a uma coalizão de forças para tirarmos o País. Mas, para começo de debate, é importante colocarmos as coisas nos devidos lugares, para que haja confiança. E eu vejo a oposição aqui muito aberta a participar desse diálogo de reconstrução, para recolocar o Brasil nos trilhos. Eu vejo a oposição reunindo-se com Ministros, dando sugestões, tentando fazer com que as coisas voltem aos seus devidos lugares. Até porque uma crise como a que estamos passando desgasta a todos. E não é só pelo desgaste político; é, acima de tudo, porque, acima das divergências partidárias, nós temos os interesses nacionais, os interesses do País, pois estes estão acima de qualquer coisa.

E eu me tenho preocupado muito, Sr. Presidente, porque hoje li, na primeira página do *Valor Econômico*, que mais um dos projetos que foram propagados com grande alarde já vai ao chão agora, sob o argumento do ajuste fiscal. Trata-se da concessão das ferrovias.

Mato Grosso, que é o Estado que represento, estava muito esperançoso sobre esse aporte na infraestrutura do Estado. Há poucos dias, estive na Valec, que é a empresa responsável pelo setor ferroviário no Brasil. O projeto está todo encaminhado, mas ele depende de aporte financeiro do Governo. As empresas não vão investir se não tiverem um lastro de confiança, se o Governo não der uma contrapartida na concessão desses contratos. Mas hoje o *Valor Econômico* trouxe a notícia de que ele não vai acontecer. Então, é mais um projeto que não acontece. Gastaram-se milhões com esse projeto, e ele não vai acontecer. É uma pena!

Mas aí eu volto ao ponto: é mais um ingrediente na quebra de confiança das pessoas no Governo, e sem ajuda nenhuma da oposição, porque não havia, lá em Mato Grosso, por exemplo, um Parlamentar que fosse que não estivesse apoiando esse projeto. O projeto a que me refiro é o da Fico, ferrovia que atravessaria todo o Estado de Mato Grosso e seria uma espinha dorsal, a qual seria alimentada pelos caminhões que trariam grãos. Essa ferrovia ia continuar, e o projeto era de que ela se tornasse uma ferrovia transcontinental, fazendo até uma saída para o Pacífico. Um projeto lindo! E também, agora, sabemos que não vai acontecer.

Outro projeto que, pelo menos para Mato Grosso, trouxe grande expectativa foi o da duplicação do corredor da BR-364/163. Mas esta semana também fiquei sabendo que as obras estão paradas. As construtoras pararam por falta de pagamento.

Só para dar um exemplo, Sr. Presidente, da importância desse corredor, ele liga a cidade de Rondonópolis a Cuiabá. Rondonópolis é a segunda cidade do Estado de Mato Grosso, e lá se encontra o maior terminal ferroviário de carga da América Latina. Milhares de toneladas de grãos vão para ali, para serem escoadas rumo aos portos. E todos os caminhões para ali convergem e caem num único corredor: a BR-364/163, local onde as rodovias se sobrepõem.

Era justamente esse corredor que estava sendo duplicado. E a necessidade já está para lá de urgente, porque são 200km nos quais, às vezes, se demoram seis horas de viagem para percorrer, tamanho o gargalo em que se tornou aquilo ali. Mas as obras também estão paradas.

Paralelamente a isso, Sr. Presidente, esse corredor já contribui, anualmente, com 280 mortes por acidentes. Isso equivale a uma boate Kiss todo o ano – aquela boate que pegou fogo, na qual morreram mais de 270 pessoas. Equivale a quase dois aviões desse que recentemente caiu.

Então, nós estamos vendo que são projetos importantes, em que o Governo teve a iniciativa, criou a expectativa e, logo em seguida, quebrou essa expectativa. E esse amontoado de expectativas frustradas – e eu citei só alguns aqui, do Estado de Mato Grosso, mas sei muito bem da situação em que se encontra o Porto de Rio Grande, em que toda a população da cidade está de luto porque as atividades foram encerradas naquele complexo naval.

Mas eu vejo que a base do Governo, longe de apontar caminhos – e o próprio Governo, longe de apontar caminhos –, tenta jogar o problema...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ... jogar o problema – já concluo, Sr. Presidente – para os outros. Meio comum até na espécie humana. Diz-se que, desde Adão e Eva, isso já é comum: o problema não é meu, o problema é do outro. Mas, tal como a luz do sol que as nuvens não têm como impedir, a verdade, da mesma forma, em um momento, aparece. E a verdade está aí estampada. E a população notou que estava sendo ludibriada (esse é o termo) e foi às ruas.

Gostaria eu, como membro da oposição, que a oposição, Sr. Presidente, tivesse o mérito de levar aquele tanto de gente à rua. Seria um bom debate. Mas, infelizmente, o mérito não é nosso. O mérito é de todo o Governo.

Fica este desafio para o Governo de poder assumir os erros; de poder ter a grandeza, também...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – ... de pedir ajuda; de poder dizer, com sinceridade: "Eu errei, me ajudem!"

Eu não tenho dúvida de que cada um dos Parlamentares aqui estará aberto. Agora, é preciso ter clareza. É preciso avançar além daquele discurso que o Ministro Miguel Rossetto fez depois das manifestações. Eu creio que, se houver clareza, esta Casa não se furtará a ajudar. Agora, é preciso o paciente querer ser ajudado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Convido o Senador José Medeiros para assumir os serviços aqui, na Mesa, porque vou ter de usar da tribuna.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a Cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tratar de mais um compromisso assumido com a população pernambucana durante a nossa campanha para esta Casa. Eu falo da extinção do fator previdenciário.

O Congresso Nacional tem discutido, por alguns anos, a necessidade de acabar-se com o dito fator previdenciário da Previdência Social, conforme reivindicação histórica dos aposentados brasileiros.

Esse mecanismo atuarial foi criado no ano de 1999, já no segundo mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vale lembrar que o fator previdenciário, segundo o próprio Ministério da Previdência Social – abro aspas:

É aplicado para cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, sendo opcional no segundo caso. Criado com o objetivo de equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício, baseia-se em quatro elementos: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de sobrevida do segurado (conforme tabela do IBGE).

Fecho aspas.

O fator previdenciário visa, em verdade, reduzir o benefício dos trabalhadores que se aposentam em idade precoce: como a expectativa de vida do trabalhador é considerada, o valor que lhe é pago diminui proporcionalmente, quanto mais jovem for o trabalhador com direito à aposentadoria.

A criação do fator previdenciário coincide com preocupações relevantes na pauta política, brasileira e internacional, relativas ao desafio da manutenção das condições financeiras da Previdência, no contexto dos avanços históricos do Estado de bem-estar social, na Europa Ocidental e no mundo.

Neste início de milênio, muito por conta da evolução da qualidade de vida da sociedade brasileira – oferta de água potável e fluoretada, gratuidade das vacinas, universalização da saúde e da educação –, bem como por conta dos avanços constantes da medicina, todos vivemos muito mais, apesar de que há ainda muito a ser feito.

E por vivermos mais, testemunhamos igualmente dramáticos câmbios nos critérios atuariais da Previdência Social, cujos custos são arcados coletivamente. Como sabemos, é a própria classe trabalhadora que, ao labutar no presente, garante a aposentadoria dos atuais aposentados, que, em sua juventude, trabalharam para manter os aposentados da geração anterior.

Trata-se de um pacto intergeracional.

Essa lógica brilhante acaba por institucionalizar a solidariedade social entre gerações, porém deve levar em conta as mudanças permanentes dos contextos histórico-sociais.

Em nosso tempo, os pais geram menos filhos, que contam com mais longevidade: a expectativa média dos brasileiros, em 2013, era de viver 75 anos. Dez anos antes, era de 72 anos, segundo o IBGE.

Entre os anos de 1980 e 2013, o avanço é ainda mais impressionante: vivia-se, em 1980, uma média de 62,5 anos no Brasil. Como a média da expectativa de vida para mulheres e homens em 2013 era de quase 75 anos, o avanço na longevidade no período é de 12,5 anos.

A toda evidência, o consistente avanço da longevidade no Brasil ao longo das últimas décadas haveria de desembocar na rediscussão dos critérios de aposentadoria, para que se garanta, do ponto de vista econômico-financeiro, a boa gestão da Previdência Social, que tem experimentado o aumento de seu déficit ano após ano. E é no contexto da virada do milênio, conforme mencionamos, que surgiu o fator previdenciário.

Sr. Presidente, se os representantes políticos congressuais, no passado recente, optaram por admitir em nosso sistema previdenciário a adoção do fator previdenciário, é porque havia, no contexto das discussões de então, razões plausíveis e aceitáveis para que tal inovação surgisse.

Desde o ano da adoção do fator previdenciário – 1999 –, o curso da mudança permanente, no tempo de nossas vidas, seguiu inalterado. Em 2015, podemos contar, em nossa análise, tanto com a perspectiva histórica da necessidade da adoção do fator previdenciário, quanto com os resultados concretos de sua adoção na vida cotidiana dos aposentados brasileiros.

E tais resultados, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, preocupam-nos sobremaneira. Isto porque o decréscimo nas quantias percebidas pelos aposentados, em razão da incidência do fator previdenciário, é realmente brutal. Após toda uma vida de trabalho e de renúncias, o trabalhador aposentado muitas vezes vê-se na contingência de arcar com perdas consideráveis de rendimentos, justamente no outono de sua vida – a velhice, que nos atingirá a quase todos –, em que aumentam os gastos do cidadão com medicina e remédios, entre tantos outros.

A importância do assunto, portanto, é mais do que evidente, a tal ponto que foi bastante discutido no contexto das campanhas presidenciais de 2014, quando o déficit da Previdência ultrapassava os R\$51 bilhões. Nas eleições, a então candidata Dilma Rousseff defendeu a manutenção do mecanismo, enquanto que os adversários Marina Silva e Aécio Neves sustentaram a necessidade de revisar a fórmula do cálculo, de modo mais favorável aos aposentados, que totalizam, em nossos dias, mais de 20,5 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, a importante discussão sobre o fim do fator previdenciário – pleito antigo de aposentados e também das centrais sindicais – tem mobilizado esta Casa já há alguns anos. Em 2008, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, projeto de lei do Senador Paulo Paim que acaba com o mecanismo. Porém, o Governo Federal segue intransigente sobre este tema, até os dias de hoje, sob alegação dos riscos de aprofundamento do déficit da Previdência, se o sistema deixar de contar com o fator previdenciário.

A discussão, portanto, segue aberta, e o ano de 2015 nos traz dificuldades suplementares, em razão das crises política e econômica que já vivenciamos neste início de ano.

Ainda assim, entendemos que é chegada a hora de mobilizarmos os melhores quadros da sociedade e do Estado, no esforço comum para o mais exato diagnóstico da problemática previdenciária brasileira, de modo que soluções eficientes possam surgir, inclusive com base em experiências internacionais no tema.

A problemática do fator previdenciário merece voltar à tona nos debates políticos do Congresso Nacional. É fundamental, para nós, a análise de todos os aspectos da questão, inclusive a constatação de que o idoso aposentado, não raramente, vê-se obrigado a retornar ao mercado, ocupando postos de trabalhos mais simples, apenas para manter suas necessidades básicas.

Igualmente importante é o fato de que a aposentadoria recebida pelo idoso muitas vezes o transforma em arrimo de família, ou seja, seus ganhos têm impacto social favorável aos descendentes em idade escolar

ou desempregados. Essa verdade estatística beneficia toda a sociedade e também deve ser considerada no diálogo político.

Sr. Presidente, as preocupações inerentes ao equilíbrio atuarial da Previdência Social nos parecem pertinentes e fundamentais na reflexão a respeito do fim do fator previdenciário. Igualmente fundamental é o aporte que a discussão qualificada do tema pode trazer para que a nova transição nos garanta avanços na questão social da aposentadoria, inclusive pela defesa da Previdência Social, que é um bem público arduamente construído por gerações de brasileiros.

Na campanha do ano passado, participei de diversas reuniões e encontros com trabalhadores aposentados. Assumi com eles o compromisso de, no Senado, integrar-me aos esforços com vistas à extinção do fator previdenciário.

Fico feliz porque, recentemente, em reunião da Executiva Nacional do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, por minha indicação, assumimos posição pela extinção do fator previdenciário. Cabe, por oportuno, lembrar que se trata de um compromisso firmado, na campanha presidencial do ano passado, por Eduardo Campos. Nós, do PSB, temos o dever de dar continuidade à luta e aos compromissos assumidos por Eduardo, que construiu, de forma pioneira e inovadora, um plano de governo com a participação da sociedade e de todas as regiões do País.

Como norte de nossa ação coletiva, defendemos o diálogo honesto e franco, em que os números estejam a serviço da vida, e não a vida a serviço dos números.

Amplificar, com responsabilidade e bom senso, os ganhos dos aposentados, nos limites do possível, em suma, é a tarefa mais elevada que se reserva ao Parlamentar brasileiro no Congresso Nacional, neste ano de 2015, no âmbito do debate acerca dos temas fundamentais de nosso sistema previdenciário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Muito bem observado, Senador, porque o mínimo que esperam aqueles que trabalham a vida inteira é o justo reconhecimento pela Nação quando mais precisam.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, encerramos esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 24 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

Dia 30/03 (Segunda-feira)

HORÁRIO	COMPROMISSO	LOCAL
17h	Ministro da Fazenda Joaquim Levy	Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PT - Walter Pinheiro*
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
 Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
 Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
 Bloco-PT - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
 Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
 Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
 Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
 Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
 Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
 Bloco-PSD - Hélio José* (S)
 Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
 Bloco-PMDB - Romero Juçá*
 Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.....	PDT / RO
Ana Amélia.....	PP / RS
Angela Portela.....	PT / RR
Benedito de Lira.....	PP / AL
Ciro Nogueira.....	PP / PI
Cristovam Buarque.....	PDT / DF
Delcídio do Amaral.....	PT / MS
Donizeti Nogueira.....	PT / TO
Fátima Bezerra.....	PT / RN
Gladson Cameli.....	PP / AC
Gleisi Hoffmann.....	PT / PR
Humberto Costa.....	PT / PE
Ivo Cassol.....	PP / RO
Jorge Viana.....	PT / AC
José Pimentel.....	PT / CE
Lasier Martins.....	PDT / RS
Lindbergh Farias.....	PT / RJ
Marta Suplicy.....	PT / SP
Paulo Paim.....	PT / RS
Paulo Rocha.....	PT / PA
Regina Sousa.....	PT / PI
Reguffe.....	PDT / DF
Telmário Mota.....	PDT / RR
Walter Pinheiro.....	PT / BA
Zeze Perrella.....	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.....	PMDB / SC
Edison Lobão.....	PMDB / MA
Eunício Oliveira.....	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.....	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.....	PMDB / RN
Hélio José.....	PSD / DF
João Alberto Souza.....	PMDB / MA
José Maranhão.....	PMDB / PB
Luiz Henrique.....	PMDB / SC
Omar Aziz.....	PSD / AM
Otto Alencar.....	PSD / BA
Raimundo Lira.....	PMDB / PB
Renan Calheiros.....	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.....	PMDB / ES
Roberto Requião.....	PMDB / PR
Romero Jucá.....	PMDB / RR
Rose de Freitas.....	PMDB / ES
Sandra Braga.....	PMDB / AM
Sérgio Petecão.....	PSD / AC
Simone Tebet.....	PMDB / MS
Valdir Raupp.....	PMDB / RO
Waldemir Moka.....	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.....	PSDB / SP
Alvaro Dias.....	PSDB / PR

Antonio Anastasia.....	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.....	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.....	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.....	DEM / AP
Flexa Ribeiro.....	PSDB / PA
José Agripino.....	DEM / RN
José Serra.....	PSDB / SP
Lúcia Vânia.....	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.....	DEM / SE
Paulo Bauer.....	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.....	DEM / GO
Tasso Jereissati.....	PSDB / CE
Wilder Morais.....	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blaíro Maggi.....	PR / MT
Douglas Cintra.....	PTB / PE
Eduardo Amorim.....	PSC / SE
Elmano Férrer.....	PTB / PI
Fernando Collor.....	PTB / AL
Magno Malta.....	PR / ES
Marcelo Crivella.....	PRB / RJ
Vicentinho Alves.....	PR / TO
Wellington Fagundes.....	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antônio Carlos Valadares.....	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.....	PSB / PE
João Capiberibe.....	PSB / AP
José Medeiros.....	PPS / MT
Lídice da Mata.....	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.....	PSOL / AP
Roberto Rocha.....	PSB / MA
Romário.....	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.....	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo..... 25

Bloco da Maioria..... 22

Bloco Parlamentar da Oposição..... 16

Bloco Parlamentar União e Força..... 9

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia..... 9

TOTAL..... 81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SQ)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44)</p> <p>Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44)</p> <p>Lindbergh Farias (32)</p> <p>Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lidice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Graziotin (20,27)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Graziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
30. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. O senador Paulo Bauer está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 05/03/2015 a 29/04/2015.
41. Em 06.03.2015, o Senador Aloisio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
46. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 44, de 2015, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de noventa dias, para traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

3) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA

TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 40, de 2015, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que conte com, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
 *****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
 *****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
 *****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
 *****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[1]	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^[2]	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-EΣ)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3) CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, o Senador Waldemir Moka deixou de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM)

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Juca, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO

EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO

PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁶⁾
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ^[4]

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ^[5]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferreira (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Morais (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldis Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCI).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCI).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldis Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraz (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Álvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dárius Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zézé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
VAGO	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reuniu eleger os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angéla Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Angéla Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).	
***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).	
*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).	
*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).	
*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).	
1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).	
2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).	
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).	
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).	
6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).	

7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^[1]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[3]	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ^[5]	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ^[6]	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ^[2]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- ***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
- 6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT)⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(6,3)	1. Senador Garibaldis Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldis Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

* Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN)⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 21/03/2012

4^a Designação: 11/03/2013

5^a Designação: 20/05/2014

6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

PROS

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-)

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Relator da Receita: VAGO

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Graziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PP	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
SD	
VAGO	1. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
Bloco PV, PPS	
VAGO	1. VAGO
PROS	
VAGO	1. VAGO

TITULARES	SUPLENTES
PCdoB	
VAGO	1. VAGO
PSC	
VAGO	1. VAGO
PRB	
VAGO	
PDT	
VAGO	
VAGO	1. VAGO
PSOL	
VAGO	
VAGO	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Secretário: Maedes Jordão S. Saldanha

Telefone(s): 3216-6892

E-mail: maedes.santana@camara.leg.br

Local: Plenário 2 da Câmara dos Deputados

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - 2015

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 17/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. VAGO
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. VAGO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Manicoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Valtenir Pereira - PROS/MT	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Rafael Motta - PROS/RN
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PPS/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
VAGO	6. VAGO
PDT	
Pompeo de Mattos - RS	1. VAGO
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. VAGO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PPS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PMDB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (DEM/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente	Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente	Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente	Deputado Giacobo (PR/PR)
1º Secretário	Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário	Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário	Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário	Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria	VAGO
Líder da Minoria	Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente	Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente	Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário	Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário	Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário	Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário	Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria	VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria	VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 19/03/2015

Conselho de Comunicação Social

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO

Presidente do Congresso Nacional
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

**Edição de hoje: 108 páginas
(O.S. 11438/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

